

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Com um índice de Basileia de 20,8%, o Banco Santander é o Banco mais capitalizado entre os grandes bancos de varejo, conta com níveis de liquidez e cobertura amplamente confortáveis, e possui independência de funding e capital em relação a seu acionista controlador. Por essas e outras razões foi considerado pela Revista Bloomberg Markets, como o décimo primeiro Banco mais sólido do mundo e o primeiro entre os bancos brasileiros.

Dentro da estratégia de tornar-se o melhor e mais eficiente Banco Universal no Brasil foram implementadas diversas melhorias, entre elas:

- otimização dos processos de análise de crédito, gerando mais agilidade e autonomia na rede de atendimento;
 - simplificação de processos de documentação aumentando a velocidade de resposta para o Crédito Imobiliário; e
 - ampliação dos canais de acesso ao Santander Móvel.
- Todas estas ações estão em linha com a missão anunciada pelo Banco: "Ter a preferência dos nossos clientes por ser o Banco simples e seguro, eficiente e rentável, que busca constantemente melhorar a qualidade de tudo o que faz, com uma equipe que gosta de trabalhar junto para conquistar o reconhecimento e a confiança de todos." Alguns resultados já se mostraram positivos, como por exemplo, o Banco Santander tem melhorado significativamente sua posição no ranking de reclamações do Bacen, saindo da segunda posição em dezembro de 2011 para quinta em dezembro de 2012.

Outro fato que merece destaque é o reconhecimento da atuação do Banco Santander em sustentabilidade. A estratégia, baseada em três pilares fundamentais: Inclusão Social e Financeira, Educação e Gestão e Negócios Socioambientais, foi reconhecida pelo mercado. Em setembro, o Banco foi eleito como a empresa mais verde na categoria "Instituição Financeira" e ficou entre as 20 empresas com as melhores práticas ambientais do Prêmio Época Empresa Verde, promovido pela Editora Globo. E em outubro, o Banco Santander foi eleito a empresa mais verde do mundo pela revista norte-americana Newsweek, na quarta edição do Green Rankings 2012: Global Companies.

Principais Controladas

A Santander Leasing atingiu em 31 de dezembro de 2012, R\$52.466 milhões em ativos totais, R\$4.125 milhões de carteira em operações de arrendamento mercantil e outros créditos e R\$10.248 milhões de patrimônio líquido. O lucro líquido do exercício de 2012 foi de R\$1.064 milhões.

A Amoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Amoré CFI) atingiu em 31 de dezembro de 2012, R\$31.218 milhões em ativos totais, R\$26.768 milhões de carteira em operações de crédito e outros créditos, e R\$1.118 milhões de patrimônio líquido. O prejuízo líquido do exercício de 2012 foi de R\$104 milhões.

A Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCMVM) atingiu, em 31 de dezembro de 2012, R\$766 milhões de ativos totais e patrimônio líquido de R\$302 milhões. O lucro líquido do exercício de 2012 foi de R\$93 milhões.

A Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander Brasil Asset) apresentou, em 31 de dezembro de 2012, ativos totais no valor de R\$265 milhões. O patrimônio líquido atingiu R\$172 milhões e o lucro líquido do exercício de 2012 foi de R\$55 milhões. O valor do patrimônio líquido dos fundos de investimento sob gestão Consolidado atingiu R\$113.854 milhões.

A Santander Brasil, Estabelecimento Financeiro de Crédito, S.A. (Santander Brasil EFC) atingiu, em 31 de dezembro de 2012, R\$2.107 milhões de ativos totais e patrimônio líquido de R\$2.018 milhões. O lucro líquido do exercício de 2012 foi de R\$2.263 mil.

Agências de Rating

O Banco Santander é classificado por agências internacionais de rating e as notas atribuídas refletem diversos fatores, incluindo a qualidade de sua administração, seu desempenho operacional e solidez financeira, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual o Banco está inserido. A tabela abaixo apresenta os ratings atribuídos pelas principais agências:

Agência Ratings	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
Fitch Ratings (Perspectiva)	BBB (negativo)	F2	BBB (negativo)	F2	AAA (bra) (negativo)	F1+ (bra)
Standard & Poor's (Perspectiva)	BBB (estável)	A-2	BBB (estável)	A-2	brAAA (estável)	brA-1
Moody's (Perspectiva)	Baa1 (estável)	Prime-2	Baa2 (positiva)	Prime-2	Aaa.br (estável)	Br-1

Ratings atribuídos conforme relatórios publicados pelas agências de Rating: Fitch Ratings (20 de dezembro de 2012); Standard & Poor's (18 de dezembro de 2012) e Moody's (27 de junho de 2012).

Governança Corporativa

Em 2012, foram realizadas as seguintes reuniões com os Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração do Banco Santander, que compreende: Comitê de Auditoria, Comitê de Risco, Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade, e Comitê de Remuneração e Nomeação, intensificando a postura de boas práticas de governança corporativa adotadas pela Instituição.

No dia 24 de outubro de 2012, o Conselho de Administração do Banco Santander nomeou os membros que farão parte do Comitê de Riscos do Banco e seu coordenador, bem como aprovou a alteração de seu Regimento Interno, contribuindo assim para um sistema de governança corporativa mais robusto e em linha com as melhores práticas.

O Conselho de Administração, também realizou o acompanhamento da implantação dos planos de ação decorrentes da avaliação do órgão realizada no trimestre anterior.

No dia 19 de dezembro de 2012, os membros do Conselho de Administração aprovaram a proposta de outorga dos "Planos de Diferimento de Bônus" referentes a 2012, para administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, o calendário de Eventos Corporativos do Banco Santander referente ao ano de 2013, bem como a eleição de novos membros para compor a Diretoria Executiva do Banco, sendo como Diretor Executivo, o Sr. Manoel Marcos Madureira, e como Diretor Administrativo Específico, Ana Paula Schneider Allaya, e os Srs. Carlos Alberto Seiji Nomoto, Fernando Diaz Roldán e Nilton Sergio Silveira Carvalho.

Em 21 de dezembro de 2012, foi homologado pelo Bacen, os processos de eleição dos novos membros do Conselho de Administração: Sra. Marília Arimonte Rocca, que preenche os requisitos de Conselheira Independente e Sr. Conrad Engel, atual Diretor Vice-Presidente Executivo Sênior do Banco, responsável pelo segmento Varejo.

Gestão de Riscos

1. Governança Corporativa da Função de Riscos

A estrutura do Comitê Executivo de Riscos do Banco Santander é definida conforme os mais altos padrões de gestão prudente e visão cliente, junto ao Grupo Santander Espanha:

- aprovar as propostas e operações e limites de clientes e carteiras;
 - autorizar as ferramentas de gestão e os modelos de riscos locais e conhecer o resultado de sua validação interna;
 - garantir que a atuação do Banco Santander seja consistente com o nível de tolerância a riscos previamente aprovado pela Comissão Executiva e pelo Grupo Santander Espanha; e
 - manter-se informado, avaliar e seguir quaisquer observações e recomendações que venham a ser periodicamente feitas pelas autoridades de supervisão no cumprimento de suas funções.
- O Comitê Executivo de Riscos delegou algumas de suas prerrogativas aos Comitês de Risco, que são estruturados por linha de negócio, tipo e segmento de risco.

A função de riscos do Banco é executada através da Vice-Presidência Executiva de Riscos, que é independente das áreas de negócios tanto do ponto de vista funcional como do ponto de vista hierárquico, e reporta-se diretamente ao presidente do Banco Santander e ao responsável de Riscos do Grupo Santander Espanha.

A Vice-Presidência Executiva de Riscos divide-se em áreas que encaixam em dois tipos de enfoques: metodologia e controle, que adapta as políticas, as metodologias e os sistemas de controle de riscos; e riscos nos negócios, centrada na gestão de riscos e definição de políticas de riscos para cada negócio do Banco Santander no Brasil.

2. Estrutura de Gerenciamento de Capital

O objetivo principal da estrutura de capital é garantir a eficiência, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas de classificação de agências de rating. O gerenciamento de capital inclui securitização, venda de ativos, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos.

O gerenciamento de riscos procura otimizar a criação de valores no Banco Santander e nas diferentes unidades de negócio. Para este fim, a gestão de capital, retorno sobre o Capital Ajustado ao Risco (ROARAC) e dados da criação de valores para cada unidade de negócio são gerados. O Banco Santander utiliza um modelo de mensuração do capital econômico com o objetivo de afirmar que tem capital disponível suficiente para suportar os riscos da atividade em diferentes cenários econômicos, com os níveis de solvência acordados pelo Grupo.

Propostas de capital regulatório e econômico são feitas baseadas em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado etc.) e em cenários macroeconômicos estimados pelo serviço de pesquisa econômica da área de Gestão Financeira. Os modelos de capital econômico são essencialmente projetados para gerar estimativas sensíveis ao risco com dois objetivos em mente: mais precisão na gestão de risco e alocação de capital econômico a diversas unidades do Banco Santander.

3. Risco de Crédito

Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco Santander. O gerenciamento de risco de crédito busca definir estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de riscos e uma adequada rentabilidade mínima que compense o risco de inadimplência estimado, do cliente e da carteira, conforme definido pela Comissão Executiva.

A função de riscos de crédito é desenvolver políticas e estratégias para o Gerenciamento de Risco de Crédito, de acordo com o apetite de riscos definido pela Comissão Executiva.

Adicionalmente é responsável pelo sistema de controle e acompanhamento utilizados na Gestão de Riscos de Crédito. Estes sistemas e procedimentos são aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco de crédito, em nível individual ou agrupado por semelhança.

4. Risco de Mercado

Risco de mercado é a exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado, são utilizadas práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidade a oscilações na taxa de juros da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander nos diversos mercados onde atua.

A Gestão de Riscos do Banco Santander é baseada nos seguintes princípios:

- independência da função de riscos com relação ao negócio;
- participação efetiva da Administração nas tomadas de decisão;
- consenso nas decisões sobre operações de crédito entre as áreas de Riscos e Comerciais;
- decisões colegiadas, incluindo a rede de agências, com o objetivo de estimular a diversidade de opiniões e evitar a atribuição de decisões individuais;
- uso de ferramentas estatísticas de previsão de inadimplência como rating interno e credit scoring e behaviour scoring, PD/RAC, VaR (Value at Risk, ou Valor em Risco), capital econômico, análise de cenários, entre outras;
- enfoque global, com o tratamento integrado dos fatores de risco nas unidades de negócio e a utilização do conceito de capital econômico como métrica homogênea do risco assumido e para a avaliação da gestão;
- manutenção de um perfil previsível com risco conservador (médio/baixo) e baixa volatilidade em relação aos riscos de crédito e de mercado. Isso é feito pela diversificação da carteira, limitando as concentrações em clientes, grupos, setores, produtos ou geografias; redução do nível de complexidade das operações de mercado; análise dos riscos socioambientais dos negócios e projetos financiados pelo Banco; acompanhamento contínuo para a prevenção da deterioração das carteiras; e
- definição de políticas e procedimentos que constituem o Marco Corporativo básico de Riscos, pelo qual se regulam as atividades e processos de risco.

5. Risco Socioambiental

Está em vigor a Prática de Risco Socioambiental do Banco Santander no Banco de Atacado que, além da concessão de crédito, prevê a análise de questões socioambientais na aceitação de clientes. A área de Risco Socioambiental analisa a gestão socioambiental do cliente verificando itens como áreas contidas, desmatamento, violações trabalhistas e outros problemas para os quais existe o risco de aplicação de penalidades.

Uma equipe especializada com formação em Biologia, Engenharia Química e Engenharia de Saúde e Segurança monitora as práticas socioambientais dos clientes, enquanto nossos analistas financeiros avaliam os danos que situações ambientais desfavoráveis podem causar à condição financeira e às garantias oferecidas pelo cliente, dentre outros efeitos. A nossa experiência mostra que a empresa que cuida do bem-estar de seus funcionários e do ambiente em que atua costuma ter uma gestão mais eficiente e, portanto, mais chances de honrar seus compromissos e gerar bons negócios.

6. Riscos Operacionais, Controles Internos, Lei Sarbanes-Oxley e Auditoria Interna

As áreas corporativas responsáveis pela Gestão de Riscos Operacionais e Tecnológicos e Controles Internos - SOX do Banco Santander são subordinadas a Vice-Presidências distintas, com estruturas, normas, metodologias, ferramentas e modelos internos específicos, garantindo através de um modelo de gestão adequada a identificação, captura, avaliação, controle, monitoramento, mitigação e redução dos eventos e perdas de Riscos Operacionais. Adicionalmente, a gestão e prevenção aos riscos operacionais, tecnológicos, a gestão da continuidade de negócios, e do contínuo fortalecimento do sistema de controles internos, atende às determinações dos órgãos reguladores, Novo Acordo da Basileia - BIS II, (conforme regulamentado pelo Bacen) e exigências da Lei Sarbanes Oxley. Está alinhado com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Santander em suas estruturas operacionais sob o COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - Enterprise Risk Management - Integrated Framework.

Os procedimentos desenvolvidos e adotados buscam posicionar e manter o Banco Santander entre as instituições financeiras reconhecidas como detentoras das melhores práticas gerenciais na administração dos riscos operacionais, contribuindo para melhoria contínua da reputação, solidez e confiabilidade da instituição no mercado local e internacional.

A Administração é parte atuante e está alinhada com a missão das áreas, reconhecendo, participando e compartilhando da responsabilidade para a contínua melhoria da cultura e estrutura da gestão de riscos operacionais e tecnológicos e do sistema de controles internos, visando garantir o cumprimento dos objetivos e a sustentabilidade das atividades, assim como a segurança e qualidade dos produtos e serviços prestados. O Conselho de Administração do Banco Santander aprovou a Política de Abordagem Padronizada Alternativa (ASA) para o cálculo da parcela do PRE referente ao risco operacional.

A revisão realizada sobre a eficácia do ambiente de controles internos de 2011, nas empresas do Banco Santander, em cumprimento à seção 404 da Lei Sarbanes Oxley, foi concluída em março de 2012 e não identificou qualquer incidência considerada material. Informações adicionais do modelo de gestão encontram-se disponíveis nos relatórios anuais e sociais, os quais estão disponíveis em: www.santander.com.br/ri.

Auditoria Interna depende diretamente do Conselho de Administração, sendo, o Comitê de Auditoria o encarregado pela supervisão da atuação de seus serviços. Tem como objetivo supervisionar o cumprimento, eficácia e eficiência dos sistemas de controle internos, assim como a confiabilidade e qualidade das informações contábil estando todas as sociedades, unidades de negócio, departamentos e serviços centrais do Banco Santander abaixo de seu escopo de aplicação.

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen. Estas demonstrações consolidadas estão disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As demonstrações financeiras consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 serão divulgadas no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

Contexto Econômico

A atividade econômica seguiu em lenta recuperação ao longo do quarto trimestre. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do terceiro trimestre (último dado disponível), divulgado no mês de dezembro, foi de 0,9% na comparação com o terceiro trimestre de 2011, acima do crescimento de 0,5% visto no segundo trimestre de 2012. Os investimentos mostraram redução de 5,6%, enquanto o consumo das famílias apresentou expansão de 3,4%, no mesmo período. No lado da oferta, o destaque negativo ficou para a indústria, cuja produção apresentou redução de 1,0%, comparado ao terceiro trimestre de 2011. Esta dinâmica reflete o contraste entre o bom ambiente doméstico, com emprego e renda em alta, e o fraco cenário global.

Os preços ao consumidor medidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) alcançaram 5,84% nos doze meses até dezembro, patamar acima dos 5,28% observados em setembro. Os preços de serviços continuam a exercer pressão inflacionária, reflexo da elevação do custo da mão de obra.

Por outro lado, os preços de bens duráveis seguem atenuando este movimento, em razão principalmente do impacto desinflacionário dos cortes de impostos implementados em preços de automóveis e outros bens. Neste contexto de atividade mais fraca e inflação dentro dos intervalos das bandas da meta, o Bacen encerrou o ciclo de afrouxamento monetário de -500 pb, mantendo a taxa básica de juros Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) em 7,25% a.a., o menor patamar da série histórica.

Em linha com esta redução, as taxas de juros cobradas pelos bancos também continuaram a cair. Em dezembro a taxa média cobrada no crédito à pessoa física era de 34,6% a.a., o menor patamar desde o início da série. O estoque de crédito avançou 16,2% em doze meses encerrados em dezembro, ultrapassando o patamar de R\$2.3 trilhões (53,5% do PIB), também um recorde histórico. O crédito imobiliário, que cresce a um ritmo de 38,2% em doze meses, continua superando a expansão das demais modalidades. O ambiente global mais frágil tem peso sobre as exportações brasileiras, que reduziram 5,3% no acumulado de 2012, em comparação com o ano anterior. As importações também tiveram uma leve contração, de 1,4% no mesmo período, refletindo moeda e demanda mais fraca. Como resultado, o superávit comercial em 2012 alcançou US\$19,5 bilhões, abaixo dos US\$29,8 bilhões registrados no mesmo período do ano passado.

Ainda assim, o déficit em transações correntes permaneceu relativamente estável, em torno dos US\$50 bilhões no período de doze meses encerrado em dezembro, com a contração nas remessas de lucros e dividendos para o exterior compensando o menor resultado comercial. Do lado do financiamento, o fluxo de investimento estrangeiro direto (US\$65,3 bilhões) continua a exceder com folga o déficit em transações correntes. Ao final do quarto trimestre, a taxa de câmbio foi cotada ao redor de R\$2,04/US\$.

Nas contas públicas, as várias reduções de impostos anunciadas pelo governo para estimular a economia, combinadas ao menor ritmo de atividade econômica, levaram a uma arrecadação de impostos mais fraca e consequentemente a um menor superávit primário, que alcançou 2,25% do PIB nos doze meses encerrados em novembro. Contudo, a queda nas taxas de juros manteram as necessidades de financiamento do setor público relativamente estáveis em 2,7% do PIB neste período. A dívida líquida do setor público alcançou 35,2% do PIB ao final de novembro.

Desempenho

1. Resultados

O Banco Santander apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 um lucro líquido consolidado de R\$2.692 milhões, comparado com R\$3.557 milhões no mesmo período de 2011. Excluindo o impacto da despesa com amortização de ágio de R\$3.637 milhões e R\$3.104 milhões, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o lucro líquido do período é de R\$6.329 milhões e R\$6.661 milhões respectivamente.

O resultado com operações de crédito e operações de arrendamento mercantil, que inclui as receitas de juros, variação cambial, recuperação de créditos baixados como prejuízo e outros, apresentou crescimento de 4,6% em 2012 na comparação com o mesmo período de 2011.

A despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das receitas com recuperação de créditos baixados para prejuízos no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$13.223 milhões e R\$9.458 milhões no exercício de 2011, na comparação interanual, a despesa cresceu 39,8%. O saldo das provisões para créditos de liquidação duvidosa representa 6,9% da carteira de crédito em dezembro de 2012, comparado a 6,1% em dezembro de 2011.

O índice de inadimplência, superior a 9,03 pts, atingiu 5,5% do total da carteira de crédito, mostrando elevação de 1,0p.p. em doze meses e 0,3p.p. quando comparado a setembro de 2012.

O total de despesas gerais, que inclui despesas com pessoal, outras despesas administrativas e despesas com participações no lucro, excluindo os efeitos da amortização do ágio cresceu 10,0% em 2012 na comparação com 2011, sendo que as despesas de pessoal cresceram 15,5% e as outras despesas administrativas aumentaram 11,2% ambas na comparação interanual.

2. Ativos e Passivos

Os ativos totais consolidados atingiram R\$447.353 milhões em 31 de dezembro de 2012, que comparados a R\$423.726 milhões em dezembro de 2011, apresentam um crescimento de 5,6%.

Em dezembro de 2012, os ativos totais estão representados por: R\$211.959 milhões de carteira de crédito, R\$97.832 milhões de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, substancialmente títulos públicos federais, e R\$36.771 milhões de aplicações interfinanceiras de liquidez, e em dezembro de 2011 correspondiam a R\$197.062 milhões, R\$74.616 milhões e R\$25.485 milhões, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2012, o Banco Santander possui o montante de R\$809 milhões de títulos classificados como "mantidos até o vencimento" e tem capacidade financeira e intenção de mantê-los até o vencimento.

Carteira de Crédito

Abertura Gerencial do Crédito por Segmento (R\$Milhões)	Dez/12	Dez/11	Var.	Set/12	Var.
Pessoa física	71.287	65.620	8,6%	69.388	2,7%
Financiamento ao consumo	36.806	35.593	3,4%	36.340	1,3%
Pequenas e Médias empresas	36.487	31.868	14,5%	34.824	4,8%
Grandes Empresas	67.379	63.981	5,3%	66.782	0,9%
Total	211.959	197.062	7,6%	207.334	2,2%

Na evolução do exercício de 2012, destaca para as operações com pequenas e médias empresas e pessoa física com crescimentos de 14,5% e 8,6% respectivamente.

Captações

Captação de Clientes (R\$Milhões)	Dez/12	Dez/11	Var.	Set/12	Var.
Depósitos à vista	13.457	13.537	-0,6%	11.966	12,5%
Depósitos de poupança	26.857	23.293	15,3%	25.727	4,4%
Depósitos a prazo	82.839	82.097	0,9%	81.743	1,3%
Debêntures/LCI/LCA ¹	49.548	40.351	22,8%	47.811	3,6%
Letras Financeiras	26.493	20.552	28,9%	25.264	4,9%
Total	199.194	179.830	10,8%	192.511	3,5%

¹ Operações compromissadas com lastro em Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Letra de Crédito Agrícola.

O total de captações de recursos alcançou R\$199.194 milhões em 31 de dezembro de 2012, uma evolução de 10,8%, comparado com dezembro de 2011 e uma evolução de 3,5% no quarto trimestre de 2012. Destaque para o crescimento interanual de 28,9% de Letras Financeiras e 22,8% em Debêntures/LCI/LCA.

3. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido do Banco Santander consolidado totalizou R\$65.869 milhões em 31 de dezembro de 2012, comparado a R\$65.579 milhões em dezembro de 2011.

A evolução do patrimônio líquido no período interanual é decorrente do resultado do período, e do ajuste positivo de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$250 milhões, reduzido parcialmente pela proposta de dividendos intermediários e intercalares de R\$1.650 milhões e juros sobre o capital próprio de R\$1.020 milhões.

Em 2012 foram adquiridas 3.229.618 Units que permaneceram em tesouraria. O saldo acumulado de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2012 é de 8.610.418 Units (31/12/2011 - 5.380.800), equivalente a R\$134 milhões (31/12/2011 - R\$80 milhões). O custo mínimo, médio ponderado e máximo por Unit do total de ações em tesouraria é, respectivamente, R\$13,80, R\$15,61 e R\$18,52. Em 2011 foram também adquiridas e permaneceram em tesouraria 1.732.900 American Depositary Receipts (ADR), no montante atual de R\$36 milhões (31/12/2011 - R\$33 milhões). O custo mínimo, médio ponderado e máximo por ADR do total de ações em tesouraria é US\$10,21. O valor de mercado dessas ações, em 31 de dezembro de 2012 era de R\$14,97 por Unit e US\$7,28 por ADR.

Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

Em 2012, foram destacados dividendos no valor de R\$1.650 milhões, sendo dividendos intermediários no valor de R\$491 milhões com base na reserva para equalização de dividendos e dividendos intercalares no valor de R\$1.159 milhões.

Juros sobre capital próprio no valor de R\$1.020 milhões, sendo R\$400 milhões em março, R\$170 milhões em junho e R\$450 milhões em dezembro de 2012. O valor dos juros sobre o capital próprio e dividendos intercalares serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, referente ao exercício de 2012, dos valores destacados, R\$1.470 milhões foram pagos a partir de 29 de agosto de 2012 e R\$1.200 milhões serão pagos a partir de 26 de fevereiro de 2013, sem nenhuma remuneração à título de atualização monetária.

Índice de Basileia

A mensuração do capital regulamentar é efetuada de acordo com o Método Padronizado de Basileia II, na forma estabelecida pelo Bacen, e considera: (a) Risco de Crédito - parcela de exigência de capital para a exposição de ativos e compromissos de crédito, ambos ponderados por fator de risco, considerando a mitigação de risco pela utilização de garantias; (b) Risco de Mercado - parcelas de exigência de capital para as exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de moedas estrangeiras, de índices de preços e de taxa de juros; do preço de commodities e de ações classificadas na carteira de negociação; e de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação; e (c) Risco Operacional - exigência de parcela específica de capital.

O índice de Basileia II, que é apurado de forma consolidada, atingiu 20,8%, e, desconsiderando o efeito do ágio, conforme determinado pela regra interanual, o índice é de 17,7%.

O Banco Santander, de acordo com a Circular Bacen 3.477/2009, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com maior detalhamento da estrutura e metodologias no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

Evento Recente

Prorrogação do prazo para atingir o percentual mínimo de ações em circulação (free float) de 25%

Em 9 de outubro de 2012, o Banco Santander comunicou ao mercado, que a BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), deferiu o pleito do Banco Santander e de seus acionistas controladores para prorrogação do prazo para enquadramento do percentual mínimo de ações em circulação, (free float) de 25%, para 7 de outubro de 2013, que poderá ser prorrogável por mais um ano, sob determinadas condições.

Conforme informado pelo acionista controlador, pretende-se atingir a diferença existente entre o atual percentual e o percentual mínimo de ações em circulação, por meio da realização de venda ou entrega de ações de sua emissão através de negociações privadas junto a determinados investidores qualificados no mercado brasileiro ou no mercado exterior (inclusive sob a forma de ADRs) e/ou emissão de novas ações.

Evento Subsequente

Redução do Capital da empresa Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)

O capital social da Santander Leasing foi reduzido sem alteração do número de ações emitidas, no valor de R\$5.000 bilhões, por ser considerado excessivo à manutenção de suas atividades, conforme artigo 173 da Lei 6.404/1976 e nos termos da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da companhia, realizada em 4 de janeiro de 2013.

A referida redução de capital social apenas se tornará efetiva: (i) após homologação do Bacen; (ii) 60 dias após a publicação da ata da AGE que deliberou sobre a redução de capital social, sem que tenha havido oposição de credores; e (iii) após prévia aprovação da maioria dos debenturistas da Santander Leasing.

Estratégia

A estratégia do Banco Santander segue apoiada nos seguintes objetivos:

- ser o melhor Banco em qualidade de serviço, apoiado na eficiência operacional da plataforma tecnológica;
- melhorar o atendimento aos clientes, através da qualidade dos serviços prestados e da infraestrutura;
- intensificar o relacionamento com todos os segmentos de clientes, convertendo-se no primeiro Banco dos clientes;
- aumentar os negócios nos principais segmentos para o Banco, como PME, cartões emissor, negócio adiantado, crédito

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e
(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

g) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia a dia da data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. Normalmente, o Banco efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixado para prejuízo é registrado em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ser seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. As cessões de créditos realizadas até dezembro de 2011 foram contabilizadas de acordo com a regulamentação vigente com o reconhecimento do resultado no momento da realização da cessão, independente da retenção ou não do risco.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas); na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.

h) Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens

Ativos não-correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação, ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação ("operações descontinuadas"), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

Outros valores e bens referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em doação de pagamento. Ativos não-correntes mantidos para venda e os bens não de uso próprio são geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

i) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

j) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

.1) Investimentos

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas, para participações em coligadas e controladas em que a investidora tenha influência significativa. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

.2) Imobilizado

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

.3) Intangível

O ativo na aquisição de sociedades controladas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor.

O ativo de incorporação e sua respectiva conta redutora, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido dos acionistas da incorporadora, quando aplicável, são amortizados em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros.

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

k) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado. Os valores ainda não contribuídos ao final de cada exercício são reconhecidos, ao seu valor presente no balanço patrimonial como outras obrigações - diversas - planos de benefícios a funcionários.

Plano de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja planos de contribuição definida e estão apresentados na Nota 33.

O valor presente das obrigações dos planos de benefício definido é registrado, líquido (i) do valor justo dos ativos dos planos; (ii) dos ganhos e/ou das perdas atuariais líquidos não reconhecidos, os quais são diferidos utilizando-se o método do corredor; e (iii) dos custos de serviços passados, os quais são diferidos ao longo do tempo. As obrigações são contabilizadas no balanço patrimonial como outras obrigações - diversas - planos de benefícios a funcionários.

Um ativo atuarial é reconhecido no balanço patrimonial, como outros créditos - diversos, no caso do valor líquido representar um ativo. Esta situação se aplica quando: (i) o excesso de fundos representa benefícios econômicos futuros na forma de retorno de recursos ao patrocinador ou redução nas contribuições futuras, conforme as condições previstas na Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) 26/2008; e (ii) resultante de quaisquer perdas atuariais e custo do serviço passado acumulados, líquidos e não reconhecidos que serão compensados no longo prazo.

Ativos do plano são definidos como aqueles que serão usados diretamente na liquidação de obrigações e que: (i) sejam de propriedade da patrocinadora; e (ii) somente possam ser usados para pagar ou financiar benefícios pós-emprego e não possam ser devolvidos às entidades patrocinadoras, a menos que ocorra um excesso de recursos conforme as condições previstas na Resolução CGPC 26/2008.

Os ganhos e perdas atuariais são aqueles resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente ocorreu e dos efeitos de mudanças nas premissas atuariais. O Banco utiliza o método do corredor e reconhece no resultado o valor líquido dos ganhos e/ou das perdas atuariais acumulados que excederem o maior valor entre 10% do valor presente das obrigações ou 10% do valor justo dos ativos do plano.

O custo de serviços passados decorre de mudanças nos benefícios pós-emprego atuais ou da introdução de novos benefícios, é reconhecido de forma linear no resultado ao longo do período entre o momento em que surgem os novos compromissos e a data na qual o funcionário tiver o direito irrevogável de receber os novos benefícios.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

A Deliberação CVM 695, de 13 de dezembro de 2012, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as alterações nas Normas Internacionais de Contabilidade IAS 19. O Pronunciamento Técnico CPC 33 estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios a empregados como a remoção do mecanismo do corredor no registro das obrigações dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos ativos dos planos (valorizações e desvalorizações). A adoção do referido Pronunciamento se aplica aos exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo os efeitos registrados contabilmente de forma retrospectiva, como alteração de práticas contábeis. A adoção desta nova prática contábil implicará, fundamentalmente, no reconhecimento integral em conta de passivo das perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas até o momento, em contrapartida de conta do patrimônio líquido.

l) Remuneração Baseada em Ações

Liquidação em Ação São referentes a opções de compra de ações do Banco Santander promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. As quantidades de ações concedidas aos executivos variam de acordo com determinados parâmetros de desempenho.

No início do plano é efetuada uma estimativa da quantidade provável das opções que serão outorgadas e registra-se o valor justo em despesa de pessoal em contrapartida contra o "patrimônio líquido - reservas para pagamento baseado em ações" ao longo do período de vigência de cada ciclo.

Liquidação em Dinheiro

No início do plano, é efetuada uma estimativa da quantidade provável de ações "hipotéticas" que serão recebidas pelos executivos. É apurado o valor justo das ações "hipotéticas" e registrado ao longo do período de vigência de cada ciclo uma provisão em outras obrigações em contrapartida com a despesa de pessoal.

m) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O Banco Santander é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de constatação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras (Nota 21.h).

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

n) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

o) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15% para instituições financeiras e 9% para as demais empresas, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 11.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, aprovado pela Administração do Banco Santander na reunião realizada em 30 de janeiro de 2013.

As alterações introduzidas pela Lei 11.638/2007 e pela Lei 11.941/2009 (artigos 37 e 38) que modificaram o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não tiveram efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição (RTT), sendo utilizadas, para fins tributários, as normas vigentes em 31 de dezembro de 2007. Os efeitos tributários da adoção das referidas normas estão registrados, para fins contábeis, nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

p) Resultados de Exercícios Futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deram origem, incluindo rendimentos não restituíveis, principalmente relacionados a garantias e fianças prestadas e anuidades de cartão de crédito. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

q) Evento Subsequente

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações, e são compostos por:

- Eventos que Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Disponibilidades	4.653.214	4.458.365	4.375.077
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	13.648.641	5.444.731	5.124.336
Aplicações no Mercado Aberto	4.273.832	1.377.537	767.162
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	486.036	1.115.424	78.842
Aplicações em Moedas Estrangeiras	8.888.773	2.951.770	4.278.332
Total	18.301.855	9.903.096	9.499.413

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2012	31/12/2011
Aplicações no Mercado Aberto	14.225.262	7.128.400	-	21.353.662	18.966.086
Posição Bancada	3.373.506	2.119.202	-	5.492.708	2.809.657
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	151.079	-	-	151.079	20
Letras do Tesouro Nacional - LTN	857.747	493.521	-	1.351.268	584.150
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.364.680	1.625.681	-	3.990.361	2.225.487
Posição Financiada	5.269.197	2.340.969	-	7.610.166	8.547.472
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.999.995	-	-	1.999.995	1.000.545
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.519.658	759.182	-	2.278.840	506.603
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.749.544	1.581.787	-	3.331.331	7.040.324
Posição Vendida	5.582.559	8.228.229	-	13.810.788	13.810.788
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.494.342	1.372.210	-	2.866.552	1.467.574
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.088.217	1.296.019	-	5.384.236	6.141.289
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6.322.148	14.136.593	14.431.441	34.890.182	39.372.653
Aplicações em Moedas Estrangeiras	8.889.386	405.087	-	9.294.473	3.323.884
Provisões para Perdas	-	-	-	-	(200)
Total	29.436.796	21.670.080	14.431.441	65.538.317	61.662.423
Circulante	-	-	-	51.106.876	47.442.765
Longo Prazo	-	-	-	14.431.441	14.219.658

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

i) Resumo da Carteira por Categorias

	Ajuste a Mercado Refletido no:		31/12/2012	31/12/2011
Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação	28.505.144	448.410	-	28.953.554
Títulos Públicos	25.558.843	444.260	-	26.003.103
Títulos Privados	2.946.301	4.150	-	2.950.451
Títulos Disponíveis para Venda	65.835.280	-	1.244.392	67.079.672
Títulos Públicos	18.896.306	-	1.308.351	20.206.657
Títulos Privados	46.938.974	-	(63.959)	46.875.015
Títulos Mantidos até o Vencimento	809.355	-	-	809.355
Títulos Públicos	809.355	-	-	809.355
Títulos Privados	-	-	-	-
Total de Títulos e Valores Mobiliários	95.149.779	448.410	1.244.392	96.842.581
Derivativos (Ativo)	4.355.512	380.492	(3.008)	4.732.996
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	99.505.291	828.902	1.241.384	101.575.577
Circulante	-	-	-	105.146.886
Longo Prazo	-	-	-	37.328.162
Derivativos (Passivo)	(4.371.672)	(724.029)	(14.838)	(5.110.539)
Circulante	-	-	-	(1.763.114)
Longo Prazo	-	-	-	(3.347.425)

II) Títulos para Negociação

	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado Resultado	Valor Contábil	31/12/2012	31/12/2011
Títulos para Negociação	25.558.843	(444.260)	26.003.103	26.003.103	24.261.521
Títulos Públicos	21.372.673	(14.749)	21.357.924	21.357.924	19.378.768
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	11.372.673	(14.749)	11.357.924	11.357.924	9.038.216
Letras do Tesouro Nacional - LTN	7.11.193	137	7.11.330	7.11.330	868.181
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	7.062.018	150.007	7.212.025	7.212.025	6.615.312
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	273.815	202.744	476.559	476.559	879
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	6.021.043	103.945	6.124.988	6.124.988	7.545.986
Títulos da Dívida Agrária - TDA	111.296	1.772	113.068	113.068	96.208
Títulos da Dívida Externa Brasileira	6.805	404	7.209	7.209	4.144
Títulos Privados	2.946.301	4.150	2.950.451	2.950.451	3.049.602
Ações	356.341	10.721	367.062	367.062	173.897
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC (2)	24.132	-	24.132	24.132	28.779
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	-	-	-	-	372.977
Cotas de Fundos de Investimento	6.464	-	6.464	6.464	136.356
Debêntures	2.512.251	(476)	2.511.775	2.511.775	2.316.890
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	47.113	(6.095)	41.018	41.018	20.703
Total	28.505.144	(448.410)	28.953.554	28.953.554	27.311.123

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos para Negociação	-	4.549.992	1.878.660	4.042.575	15.531.876	26.003.103
Títulos Públicos	-	4.549.992	1.878.660	4.042.575	15.531.876	26.003.103
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	3.640.394	1.026.380	1.507.599	5.183.551	11.357.924
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	104.409	108.955	456.408	41.558	711.330
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	45.862	714.207	1.955.995	4.495.951	7.212.025
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	-	187	4.453	-	471.919	476.559
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

II) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

	Valor Referencial			
	31/12/2012		31/12/2011	
	Clientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras (1)	Total
"Swap"	33.630.063	42.506.057	35.767.023	111.903.143
Opções	2.918.952	-	263.141.982	266.060.934
Contratos de Futuros	-	-	61.247.088	61.247.088
Contratos a Termo e Outros	11.911.600	10.103.294	57.777	22.072.671
				98.498.396
				266.612.580
				100.361.012
				22.726.883

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a BM&FBovespa e outras bolsas de valores e mercadorias.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

	Valor Referencial			
	31/12/2012		31/12/2011	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
"Swap"	18.680.225	24.446.327	68.776.591	111.903.143
Opções	149.205.427	68.038.208	48.817.299	266.060.934
Contratos de Futuros	21.798.030	7.963.925	31.485.133	61.247.088
Contratos a Termo e Outros	13.057.472	5.274.876	3.740.323	22.072.671
				98.498.396
				266.612.580
				100.361.012
				22.726.883

IV) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

	Valor Referencial			
	31/12/2012		31/12/2011	
	Bolsas (1)	Cetip (2)	Balcão	Total
"Swap"	26.772.074	49.286.387	35.844.682	111.903.143
Opções	264.359.388	1.701.546	-	266.060.934
Contratos de Futuros	61.247.088	-	-	61.247.088
Contratos a Termo e Outros	3.077	14.716.529	7.353.065	22.072.671
				98.498.396
				266.612.580
				100.361.012
				22.726.883

(1) Inclui valores negociados na BM&FBovespa e outras bolsas de valores e mercadorias.

(2) Inclui valores negociados em outras câmaras de compensação.

V) Derivativos de Crédito

As operações envolvendo derivativos de crédito são realizadas com o objetivo de reduzir ou eliminar a exposição a riscos específicos gerados pela compra ou venda de ativos dentro do conceito de administração do portfólio de crédito.

O volume de derivativos de crédito de taxa de retorno total - risco de crédito recebido corresponde a R\$607.119 de custo (31/12/2011 - R\$557.327) e R\$669.507 de valor de mercado (31/12/2011 - R\$500.425). Durante o período, não ocorreram eventos de crédito relacionados a fatos geradores previstos nos contratos.

O consumo do patrimônio líquido exigido foi de R\$3.585 (31/12/2011 - R\$3.291).

VI) Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge"

Os derivativos utilizados como instrumentos de "hedge" por indexador eram representados como seguem:

a) "Hedge" de Risco de Mercado

	31/12/2012			31/12/2011		
	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de "Hedge"						
Contratos de "Swap"	58.851	(145.712)	(86.861)	74.928	1.247	76.175
Ativo	1.294.285	29.543	1.323.828	417.731	35.864	453.595
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	1.039.229	5.241	1.044.470	145.940	771	146.711
Indexados em Moeda Estrangeira - Libor - Dólar	255.056	24.302	279.358	271.791	35.093	306.884
Passivo	(1.235.434)	(175.255)	(1.410.689)	(342.803)	(34.617)	(377.420)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar (1)	(783.790)	(107.159)	(890.949)	(101.410)	(908)	(102.318)
Indexados em Índices de Preços e Juros (2)	(245.530)	(50.678)	(296.208)	-	-	-
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar (3)	(35.076)	(3.062)	(38.138)	(55.498)	(5.067)	(60.565)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI (4)	(171.038)	(14.356)	(185.394)	(185.895)	(28.642)	(214.537)
Objeto de "Hedge"						
Ativo	1.234.161	118.007	1.352.168	342.473	3.787	346.260
Operação de Crédito	870.491	81.974	952.465	342.473	3.787	346.260
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar	661.913	91.351	753.264	100.871	1.450	102.321
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar	35.094	676	35.770	55.663	4.902	60.565
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	173.484	(10.053)	163.431	185.939	(2.565)	183.374
Títulos e Valores Mobiliários	363.670	36.033	399.703	-	-	-
Títulos Disponíveis para Venda - Debêntures	363.670	36.033	399.703	-	-	-

(1) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em moeda estrangeira - dólar com valor de mercado de R\$753.264 (31/12/2011 - R\$102.321) e títulos e valores mobiliários representados por debêntures com valor de mercado de R\$133.273.

(2) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são títulos e valores mobiliários representados por debêntures com valor de mercado de R\$266.430.

(3) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em moeda estrangeira pré - dólar com valor de mercado de R\$35.770 (31/12/2011 - R\$60.565).

(4) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

A efetividade destas operações estava de acordo com o estabelecido pela Circular Bacen 3.082/2002.

b) "Hedge" de Fluxo de Caixa

	31/12/2012			
	Valor de Referência	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de "Hedge"				
Contratos de "Swap"				
Ativo	818.997	(18.867)	(17.846)	(36.713)
Indexados em Moeda Estrangeira - Franco Suíço (1)	678.335	678.335	53.619	731.954
Indexados em Moeda Estrangeira - Peso Chileno (2)	91.379	91.379	6.584	97.963
Indexados em Moeda Estrangeira - Iuan (3)	49.283	49.283	(30)	49.253
Passivo	(837.864)	(837.864)	(78.019)	(915.883)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar	(837.864)	(837.864)	(78.019)	(915.883)
Contratos de Futuros	34.567.439	-	-	-
Taxa de Juros DI (4)	18.962.863	-	-	-
Moeda Estrangeira - Dólar (5)	15.604.576	-	-	-

(1) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em moeda estrangeira - dólar com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(2) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(3) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(4) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(5) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(6) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(7) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(8) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(9) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(10) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(11) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(12) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(13) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(14) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(15) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(16) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(17) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(18) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(19) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(20) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(21) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(22) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(23) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(24) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(25) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(26) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(27) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(28) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(29) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(30) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(31) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(32) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(33) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(34) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(35) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(36) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(37) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(38) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(39) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(40) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(41) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(42) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(43) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(44) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(45) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(46) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(47) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(48) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(49) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(50) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(51) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(52) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(53) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(54) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(55) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(56) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(57) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(58) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(59) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(60) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(61) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(62) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(63) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

(64) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.37

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

10. Negociação e Intermediação de Valores

	31/12/2012	31/12/2011
Ativo		
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	301.003	256.101
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	12.160	73.135
Bolsas - Depósitos em Garantia	7.370	276.919
Outros	583.745	88.408
Total (Circulante)	904.278	694.563
Passivo		
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	226.204	290.187
Credores - Conta Liquidações Pendentes	55.925	51.000
Credores por Empréstimos de Ações	281.244	351.296
Comissões e Corretagens a Pagar	1.475	1.787
Total	564.848	694.270
Circulante	564.848	694.242
Longo Prazo	-	28

11. Créditos Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2011	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2012
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	4.098.216	5.071.235	(5.022.980)	4.146.471
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	531.309	244.800	(198.259)	577.850
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.613.798	803.532	(117.680)	3.299.650
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	1.221.829	533.795	(759.656)	995.968
Ágio Amortizado	116.762	-	(116.762)	-
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	1.674.264	-	(501.877)	1.172.387
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	100.788	246.288	-	347.076
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria	314.938	-	(6.101)	308.837
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	313.422	363.191	(427.759)	248.854
Outras Provisões Temporárias	1.452.661	-	(37.181)	1.415.480
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	12.437.987	7.262.841	(7.188.255)	12.512.573
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	329.249	1.136.704	-	1.465.953
Contribuição Social - Medida Provisória (MP) 2.158/2001	683.581	-	-	683.581
Total dos Créditos Tributários	13.450.817	8.399.545	(7.188.255)	14.662.107
Créditos não Registrados	(889.053)	-	325.356	(563.697)
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	12.561.764	8.399.545	(6.862.899)	14.098.410
Circulante	5.980.796	-	-	6.020.627
Longo Prazo	6.580.968	-	-	8.077.783

	Saldo em 31/12/2010	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2011
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	3.987.213	4.070.056	(3.959.053)	4.098.216
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	578.053	75.310	(122.054)	531.309
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	1.965.458	795.768	(147.428)	2.613.798
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	1.011.718	684.871	(474.760)	1.221.829
Ágio Amortizado	189.020	-	(72.258)	116.762
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	1.762.752	-	(88.488)	1.674.264
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	92.408	8.380	-	100.788
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria	301.201	13.737	-	314.938
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	272.942	467.340	(426.660)	313.422
Outras Provisões Temporárias	1.717.343	-	(264.882)	1.452.661
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	11.878.106	6.115.462	(5.555.583)	12.437.987
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	152.806	176.443	-	329.249
Contribuição Social - MP 2.158/2001	727.290	-	(43.709)	683.581
Total dos Créditos Tributários	12.758.204	6.291.905	(5.599.292)	13.450.817
Créditos não Registrados	(1.427.846)	-	538.793	(889.053)
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	11.330.358	6.291.905	(5.060.499)	12.561.764
Circulante	4.925.931	-	-	5.980.796
Longo Prazo	6.404.427	-	-	6.580.968

⁽¹⁾ Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais - Base		Total	
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Negativa	CSLL 18%	Total Registrados	Total
2013	3.680.009	2.191.272	68.274	64.835	16.237	6.020.627	6.020.627
2014	1.763.841	863.414	68.274	689.388	203.566	3.588.483	3.588.483
2015	1.069.902	649.449	7.229	337.218	85.450	2.149.248	2.149.248
2016	247.412	145.159	7.229	339.798	267.096	1.006.694	1.006.694
2017	162.947	96.757	7.229	-	111.232	378.165	378.165
2018 a 2020	365.846	205.622	-	-	-	571.468	571.468
2021 a 2022	233.113	150.612	-	-	-	383.725	383.725
2023 a 2025	278.639	139.856	-	34.714	-	453.209	-
2026 a 2027	16.567	9.940	-	-	-	26.507	-
Após 2027	52.488	31.493	-	-	-	83.981	-
Total	7.870.764	4.483.574	158.235	1.465.953	683.581	14.662.107	14.098.410

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$13.008.571 (31/12/2011 - R\$11.511.849) e o valor presente dos créditos tributários registrados é de R\$12.724.981 (31/12/2011 - R\$11.133.475), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL, Contribuição Social 18% - MP 2.158/2001 e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

12. Outros Créditos - Diversos

	31/12/2012	31/12/2011
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.a)		
Cartões de Crédito	11.691.143	10.150.781
Direitos Creditórios	5.580.687	2.090.820
Cédula de Produto Rural (CPR)	235.419	137.266
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	3.072.467	3.052.996
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.932.400	1.957.752
Outros	555.362	590.224
Garantias Contratuais de Ex-Controladores (Nota 21.i)	827.471	840.772
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	2.502.900	1.438.191
Créditos a Receber - Serviços Adquiridos	3.759.737	1.669.988
Pagamentos a Ressarcir	319.332	215.237
Adiantamentos Salariais/Outros	230.280	402.682
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	34.540	74.468
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 24.g)	224.166	435.710
Outros	1.280.936	802.191
Total	32.246.840	23.859.078
Circulante	22.820.862	13.865.062
Longo Prazo	9.425.978	9.994.016

13. Informações da Dependência e da Subsidiária no Exterior

O Banco Santander estabeleceu uma subsidiária independente na Espanha, Santander Brasil, Estabelecimento Financeiro de Crédito, S.A. (Santander EFC), para complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica - grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior - e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida.

O processo de aprovação da constituição da subsidiária perante os órgãos reguladores (Bacen, Ministério de Economia e Hacienda da Espanha e Banco de Espanha) foi concluído em 28 de março de 2012. A integralização do capital social da subsidiária foi realizada no montante equivalente a €748 milhões.

As posições financeiras resumidas da dependência e subsidiária no exterior, convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluídas nas demonstrações financeiras compreendem:

	Agência Grand Cayman		Santander Brasil EFC
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012
Ativo	54.205.207	46.442.545	2.106.781
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	54.205.166	46.442.510	2.105.386
Disponibilidades	158.240	215.913	2.866
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	9.878.978	3.293.618	1.506.745
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	23.278.996	18.222.565	88.907
Operações de Crédito ⁽¹⁾	18.142.854	21.062.945	503.286
Carteira de Câmbio	1.744.631	3.010.026	-
Outros	1.001.467	637.443	3.582
Ativo Permanente	41	35	1.395
Passivo	54.205.207	46.442.545	2.106.781
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	33.376.847	28.361.201	88.434
Depósitos e Captações no Mercado Aberto	2.307.837	4.153.380	9.865
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.760.372	8.169.049	-
Obrigações por Empréstimos ⁽²⁾	12.403.362	10.893.792	-
Carteira de Câmbio	1.667.876	3.112.695	-
Outros	2.237.400	2.032.285	78.569
Resultados de Exercícios Futuros	5.213	15.213	-
Patrimônio Líquido	20.823.147	18.066.131	2.018.347
Lucro Líquido do Exercício	1.150.377	1.201.241	2.263

⁽¹⁾ Refere-se, principalmente, a operações de financiamento à exportação.

⁽²⁾ Obrigações por empréstimos no exterior referente às linhas de financiamento à exportação e importação e outras linhas de crédito.

14. Participações em Coligadas e Controladas

	31/12/2012			
	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas Direta ou Indiretamente (Mil)		Participação Direta	Participação Indireta
Investimentos	Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta e Indireta
Controladas do Banco Santander				
Santander Leasing	Leasing	11.043.796	-	78,57%
Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander Brasil Asset)	Administradora de Ativos	12.493.834	-	99,99%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)	Consórcio	95.349	-	100,00%
Banco Bandepe S.A. (Banco Bandepe) ⁽¹⁾	Banco	2.184	-	100,00%
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Financeira	287.706.670	-	100,00%
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (CFI RCI Brasil)	Financeira	1	1	39,89%
CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (CRV DTVM)	Distribuidora	67	-	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM)	Corretora	10.209.903	10.209.903	99,99%
Santander Microcrédito Assessoria Financeira S.A. (Microcrédito)	Microcrédito	43.129.918	-	100,00%
Santander Brasil Advisory Services S.A. (Santander Brasil Advisory)	Outras Atividades	1.323	-	96,52%
Santander Participações S.A. (Santander Participações) ⁽¹⁾⁽²⁾	Holding	3.234	-	100,00%
Santander Getnet Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Santander Getnet) ⁽³⁾	Outras Atividades	8.000	-	50,00%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap)	Holding	11.251.175	-	100,00%
Santander S.A. Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros (Santander Serviços) ⁽⁴⁾	Corretora de Seguros	174.360.541	-	60,65%
M&S Participações Societárias S.A. (M&S Participações)	Holding	12.152.468	-	99,97%
Mantiq Investimentos Ltda. (Mantiq)	Outras Atividades	4.800	-	100,00%
Santos Energia Participações S.A. (Santos Energia)	Holding	37.406	-	100,00%
Santander Brasil EFC ⁽⁵⁾	Financeira	75	-	100,00%
Controlada da CFI RCI Brasil (6)				
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil (RCI Brasil Leasing) ⁽⁶⁾	Leasing	163	81	100,00%
Controlada da Sancap				
Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização)	Capitalização	64.615	-	100,00%
Controlada da Santander Serviços ⁽⁸⁾				
Webmotors S.A. ⁽⁷⁾⁽⁹⁾	Outras Atividades	348.253.362	17.929.313	100,00%
Controladas em Conjunto				
Cibrasec Companhia Brasileira de Securitização (Cibrasec) ⁽⁴⁾	Securitização	9	-	13,64%
Norchem Participações e Consultoria S.A. (Norchem Participações)	Outras Atividades	950	-	50,00%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (EBP) ⁽⁴⁾	Outras Atividades	3.859	1.217	11,11%
Coligada				
Norchem Holding e Negócios S.A. (Norchem Holding)	Outras Atividades	1.679	-	21,75%

	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado	Valor dos Investimentos	Resultado da Equivalência Patrimonial
	31/12/2012	01/01 a 31/12/2012	31/12/2012	01/01 a 31/12/2012
Controladas do Banco Santander				
Santander Seguros S.A. (Santander Seguros) ⁽²⁾	-	-	-	410.678
Santander Leasing	10.247.511	1.063.864	8.051.883	835.921
RCI Brasil Leasing ⁽⁶⁾	-	-	228.253	8.732
Santander Brasil Asset	172.443	55.313	172.443	55.313
Santander Consórcios ⁽⁸⁾	-	62	-	62
Santander Brasil Consórcio	108.036	31.028	108.036	31.028
Banco Bandepe	3.168.549	284.022	3.168.549	284.022
Aymoré CFI	1.117.959	(103.556)	1.117.959	(103.556)
CFI RCI Brasil	984.340	163.872	392.662	66.206
CRV DTVM	25.381	4.256	25.381	4.256
Santander CCVM	301.868	63.142	301.868	63.142
Microcrédito	19.064	6.571	19.064	6.571
Santander Brasil Advisory	12.738	1.438	12.295	1.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Despesas de Captação no Mercado

	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Depósitos a Prazo	6.504.220	8.159.294
Depósitos de Poupança	1.491.810	1.944.715
Depósitos Interfinanceiros	4.043.469	4.433.249
Captação no Mercado Aberto	7.817.813	8.703.911
Outros ⁽¹⁾	5.464.558	5.887.418
Total	25.321.870	29.128.587

⁽¹⁾ Inclui, principalmente, despesas com recursos de aceites e emissão de títulos.

e) Obrigações por Empréstimos e Repasses

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2012	31/12/2011
Obrigações por Empréstimos no País	16.001	32.933	73.350	122.284	-
Obrigações por Empréstimos no Exterior	4.781.682	9.917.862	1.179.550	15.879.094	14.821.684
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	4.060.345	9.791.504	1.167.150	15.018.999	13.648.985
Outras Linhas de Crédito	721.337	126.358	12.400	860.095	1.172.699
Obrigações por Repasses do País	703.577	3.090.333	5.590.711	9.384.621	10.221.614
Obrigações por Repasses do Exterior	10.440	10.108	20.216	40.764	1.076.625
Total	5.511.700	13.051.236	6.863.827	25.426.763	26.119.923
Circulante				18.562.936	18.265.603
Longo Prazo				6.863.827	7.854.320

As linhas de financiamento à exportação e importação são recursos captados junto a instituições financeiras no exterior, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio, relativas a desconto de letras de exportação e pré-financiamento à exportação e importação, cujos vencimentos vão até o ano de 2013 (31/12/2011 - até o ano de 2016) e estão sujeitas a encargos financeiros, correspondentes à variação cambial acrescida de juros que variam de 0,7% a.a. a 11,4% a.a. (31/12/2011 - 0,3% a.a. a 14,9% a.a.).

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm incidência de encargos financeiros correspondentes a TJLP variação cambial da cesta de moedas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou a variação cambial do Dólar americano, acrescidos de juros, de acordo com as políticas operacionais do Sistema BNDES.

As obrigações de repasses do exterior possuem juros de 1,53% a.a. (31/12/2011 - 1,3% a.a. a 2,1% a.a.), acrescidos de variação cambial e com vencimento até o ano de 2014 (31/12/2011 - até o ano de 2014).

18. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	31/12/2012	31/12/2011
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 21.b)	9.636.920	7.766.647
Provisão para Riscos Fiscais - Responsabilidade de Ex-Contraladores (Nota 21.i)	814.160	817.570
Passivos Tributários Diferidos	1.611.893	1.403.690
Impostos e Contribuições a Pagar	337.250	328.955
Total	12.400.223	10.316.862
Circulante	9.093.831	7.306.192
Longo Prazo	3.306.392	3.010.670

Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em 31/12/2011	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2012
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	630.792	209.956	-	840.748
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	646.056	47.203	-	693.259
Superveniência de Arrendamento Mercantil	115.144	-	(37.834)	77.310
Outros	11.698	-	(11.122)	576
Total	1.403.690	257.159	(48.956)	1.611.893
	Saldo em 31/12/2010	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2011
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	1.037.424	-	(406.632)	630.792
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	306.613	339.443	-	646.056
Superveniência de Arrendamento Mercantil	145.557	-	(30.413)	115.144
Outros	2.174	9.524	-	11.698
Total	1.491.768	348.967	(437.045)	1.403.690

⁽¹⁾ Inclui IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

19. Dívidas Subordinadas

Estão representadas por títulos emitidos de acordo com as Normas do Bacen, os quais são utilizados como Patrimônio de Referência - Nível II, para apuração dos limites operacionais.

	31/12/2012	31/12/2011		
Emissão	Valor de Emissão	Taxa de Juros (a.a.)	Total	Total
CDB Subordinado junho-06	R\$1.500 milhões	105,0% CDI	3.048.617	2.801.102
CDB Subordinado outubro-06	R\$850 milhões	104,5% CDI	1.649.313	1.516.018
CDB Subordinado julho-07	R\$885 milhões	104,5% CDI	1.553.537	1.427.982
CDB Subordinado abril-08	R\$600 milhões	100,0% CDI + 1,3%	1.010.620	920.870
CDB Subordinado abril-08	R\$555 milhões	100,0% CDI + 1,0%	929.321	848.876
CDB Subordinado julho-06 a outubro-06	R\$447 milhões	104,5% CDI	895.314	822.956
CDB Subordinado janeiro-07	R\$300 milhões	104,0% CDI	561.379	516.217
CDB Subordinado agosto-07	R\$300 milhões	100,0% CDI + 0,4%	524.743	482.026
CDB Subordinado janeiro-07	R\$250 milhões	104,5% CDI	469.107	431.194
CDB Subordinado maio-08 a junho-08	R\$283 milhões	CDI ⁽²⁾	461.792	422.628
CDB Subordinado maio-08 a junho-08	R\$268 milhões	104,5% IPCA ⁽³⁾	494.490	431.919
CDB Subordinado novembro-08	R\$100 milhões	120,5% CDI	161.101	146.183
CDB Subordinado fevereiro-08	R\$85 milhões	104,5% IPCA + 7,9%	159.817	140.373
Total			11.919.151	10.908.344
Circulante			3.727.745	-
Longo Prazo			8.191.406	10.908.344

⁽¹⁾ CDBs subordinados possuem remuneração paga ao final do prazo juntamente com o principal.

⁽²⁾ Indexado entre 100% e 112% do CDI acrescido com juros de 1,2% a.a. a 1,5% a.a.

⁽³⁾ Indexado ao IPCA, acrescido de juros de 8,3% a.a. a 8,7% a.a.

20. Outras Obrigações - Diversas

	31/12/2012	31/12/2011
Obrigações com Cartões de Crédito	12.696.600	11.004.024
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 21.b)	4.019.530	4.627.112
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 33)	1.307.815	1.246.400
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos ⁽¹⁾	39.217	336.068
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Responsabilidade de Ex-Contraladores (Nota 21.i)	13.311	23.202
Provisão para Pagamentos a Efetuar		
Despesas de Pessoal	1.219.567	1.173.165
Despesas Administrativas	186.300	141.782
Outros Pagamentos	177.992	164.338
Credores por Recursos a Liberar	615.274	629.516
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	176.583	153.296
Obrigações por Convênios Oficiais	-	85.447
Fornecedores	209.690	234.515
Outras	1.826.094	1.628.088
Total	22.487.973	21.446.593
Circulante	19.062.002	16.716.082
Longo Prazo	3.425.971	4.730.511

⁽¹⁾ Refere-se basicamente, a operações de empréstimos de "export notes" no valor de R\$20.435 (31/12/2011 - R\$275.743).

21. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.m).

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	31/12/2012	31/12/2011
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 18)	9.636.920	7.766.647
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 20)	4.019.530	4.627.112
Ações Trabalhistas	2.538.878	3.261.334
Ações Cíveis	1.480.652	1.365.778
Total	13.656.450	12.393.759

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2012			01/01 a 31/12/2011		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	7.766.647	3.261.334	1.365.778	6.523.044	2.709.904	1.482.239
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	1.321.830	956.607	476.833	1.197.559	1.961.656	65.915
Atualização Monetária	581.953	220.078	114.827	610.375	266.379	23.433
Baixas por Pagamento ⁽²⁾	(18.414)	(1.880.280)	(495.647)	(15.175)	(1.664.563)	(322.988)
Outros ⁽³⁾	(15.096)	(18.861)	18.861	(549.156)	(12.042)	11.179
Saldo Final	9.636.920	2.538.878	1.480.652	7.766.647	3.261.334	1.365.778
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	861.597	757.558	111.934	818.304	822.798	125.772
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	25.732	51.626	4.478	24.366	60.697	4.708
Total dos Depósitos em Garantia⁽⁴⁾	887.329	809.184	116.412	842.670	883.495	130.480

⁽¹⁾ Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras operacionais e IR e CSLL.

⁽²⁾ Em 2012, inclui os pagamentos de processos trabalhistas, referente a iniciativa do Banco de aceleração de acordos, visando diminuir o volume de processos em aberto. Paralelamente a isso, o Banco Santander vem atuando fortemente na prevenção de litígios trabalhistas, com melhorias em controles de jornada, governança na contratação de terceiros, entre outras medidas.

⁽³⁾ Em 2011, referem-se, principalmente, a transferência para provisão para processos judiciais e administrativos - responsabilidade de ex-contraladores (Nota 21.i).

⁽⁴⁾ Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

d) Provisões, Passivos Contingentes e Outras Provisões

O Banco Santander é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito do Banco com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, registrados em provisão para riscos fiscais e obrigações legais (Nota 18) e com perda possível, estão descritos a seguir:

PIS e Cofins - R\$7.836.446 (31/12/2011 - R\$6.168.062): o Banco Santander ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$448.624 (31/12/2011 - R\$419.548): o Banco Santander ajuizou ações judiciais visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, e com perda provável, referem-se à discussão a seguir:

CSLL - Isonomia de Alíquotas - R\$3.519 (31/12/2011 - R\$3.440): o Banco Santander ingressou com medidas judiciais contestando a aplicação do aumento na alíquota da CSLL para 18%, aplicável a instituições financeiras, até 1998, em comparação com a alíquota de 8% para as demais empresas não financeiras, com base no princípio constitucional da isonomia.

e) Provisões para Riscos Fiscais e Previdenciárias

São valores disputados em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco no critério anterior e provisionados contabilmente.

Os principais temas discutidos nesses processos são:

ISS - Instituições Financeiras - R\$425.204 (31/12/2011 - R\$312.604): o Banco Santander discute administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.

INSS - R\$330.090 (31/12/2011 - R\$271.569): o Banco Santander discute administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são avaliadas individualmente, com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

f) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis

Estas contingências são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos feitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados.

As ações que não se enquadram no critério anterior são avaliadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - ações de cobrança com avaliação coletiva, relativas aos expurgos inflacionários em caderneta de poupança e contas de depósitos judiciais decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II). Referem-se a discussões judiciais promovidas pelos detentores de cadernetas de poupança, questionando o rendimento creditado pelo Banco Santander em razão da instituição de tais planos por entenderem que as modificações legislativas violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários. As ações são provisionadas com base na média histórica dos pagamentos efetuados.

As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos. O Banco Santander, também, é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas.

Nesses casos, a constituição de provisão é feita somente após o trânsito em julgado dessas ações, tendo como base os pedidos de execução individual.

A jurisprudência do Superior Tribunal da Justiça (STJ) por enquanto é contrária aos bancos. A questão está ainda sob análise no STF, tendo sido determinada a suspensão de todos os recursos, com exclusão dos processos que ainda não tenham sentença ou em fase de execução definitiva. Existe jurisprudência no STF favorável aos bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tabella).

Contudo a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o STJ decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos. Com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, será julgada improcedente, diminuindo os valores envolvidos. Ainda, no mês de outubro de 2011 o STJ decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Cíveis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

h) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, incluindo as obrigações legais, totalizaram R\$8,5 bilhões, sendo os principais processos os seguintes:

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração em face da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto em face do extinto Banco Santander Brasil S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, durante os anos de 2000 e 2001 e os dois primeiros meses de 2002. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, o tratamento fiscal adotado era adequado. A Santander DTVM foi bem sucedida na segunda instância em seu processo perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), no entanto essa decisão foi reformada e um novo recurso foi apresentado, o qual ainda pendente de apreciação. O Banco foi considerado responsável pelo lançamento do imposto. As respectivas partes perdedoras de ambas as decisões recorreram, e os processos ainda estão aguardando a decisão final dos respectivos recursos em última instância perante o CARF. Em 31 de dezembro de 2012, os valores relacionados a essas reivindicações eram de aproximadamente R\$585 milhões cada.

IRPJ e CSLL sobre Ressarcimentos Decorrentes de Garantias Contratuais - a Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra o Banco Santander em decorrência de crédito tributário relativo ao IRPJ e à CSLL dos anos-base de 2002 a 2006, sobre valores ress

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

24. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

a) Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 23 de março de 2012, aprovou conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração e Nomeação a proposta de remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2012, no montante de até R\$300.000, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A proposta foi objeto de deliberação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 25 de abril de 2012.

O Banco Santander, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas (Nota 33.c).

A tabela a seguir demonstra os Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Remuneração Fixa	46.827	46.501
Remuneração Variável ⁽¹⁾	114.866	162.154
Outras	12.469	11.709
Total Benefícios de Curto Prazo	174.162	220.364
Remuneração Baseada em Ações ⁽²⁾	34.431	18.067
Total Benefícios de Longo Prazo	34.431	18.067
Total ⁽³⁾	208.593	238.431

⁽¹⁾ Em 2011, incluí a parcela incorrida com as mudanças na estrutura administrativa e de governança na conclusão do processo de Integração do Banco.

⁽²⁾ Em 25 de outubro de 2011, o Banco lançou um novo plano de remuneração baseada em ações para os Executivos (Nota 33.c) em consonância com a Resolução CMN 3.921/2010.

⁽³⁾ Refere-se ao montante pago pelo Banco Santander aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander. Em 2012, foi pago aos Administradores da Santander Asset o montante de R\$6.292 e em 2011, foi pago aos Administradores da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. e da Santander Asset R\$8.312.

Adicionalmente, em 2012, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$46.001 (2011 - R\$22.205).

b) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

c) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital do Banco Santander, com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o Banco Santander e suas subsidiárias;

IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

d) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)						
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) ⁽¹⁾	61.606.700	29,0%	51.386.053	27,7%	112.992.753	28,4%
Sterrebeck B.V. ⁽¹⁾	99.527.083	46,9%	86.492.330	46,6%	186.019.413	46,7%
Santander Insurance Holding, S.L. (SIH) ⁽¹⁾	206.664	0,1%	-	0,0%	206.664	0,1%
Funcionários	173.703	0,1%	159.213	0,1%	332.916	0,1%
Membros do Conselho	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	50.758.700	23,9%	47.647.623	25,6%	98.406.323	24,7%
Total	212.272.850	100,0%	185.685.219	100,0%	397.958.069	100,0%

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)						
GES ⁽¹⁾	72.876.994	34,3%	61.631.776	33,2%	134.508.770	33,8%
Sterrebeck B.V. ⁽¹⁾	99.527.083	46,8%	86.492.330	46,5%	186.019.413	46,7%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	2.090.231	1,0%	1.900.210	1,0%	3.990.441	1,0%
SIH ⁽¹⁾	206.664	0,1%	-	0,0%	206.664	0,0%
Funcionários	211.427	0,1%	193.458	0,1%	404.885	0,1%
Membros do Conselho	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	37.538.079	17,7%	35.628.926	19,2%	73.167.005	18,4%
Total	212.450.478	100,0%	185.846.700	100,0%	398.297.178	100,0%

⁽¹⁾ Empresas do Grupo Santander Espanha.

⁽²⁾ Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

Acordo para Incorporação de Sócio Estratégico no Brasil e América Latina

Em 28 de outubro de 2010, nos termos do Contrato de Aquisição de Títulos Permutáveis, celebrado entre o Banco Santander Espanha e a Qatar Holding Luxembourg II S.à r.l (QHL) foi subscrito e integralizado pela QHL o montante de US\$2.718,8 milhões em títulos emitidos pelo Banco Santander Espanha. Referidos títulos são obrigatoriamente permutáveis em ações do Banco Santander e equivalem a 5,00024% de seu capital social. São remunerados a juros de 6,75% a.a. em dólares e possuem vencimento em 29 de outubro de 2013.

Este investimento reflete a incorporação de QHL como um sócio estratégico do Grupo Santander Espanha no Brasil e no restante da América Latina. Esta operação permitirá ao Banco Santander avançar em seu compromisso de atingir "free float" de 25% do seu capital social. Em 31 de dezembro de 2012, exceto pelos títulos permutáveis, QHL não possui, direta ou indiretamente, quaisquer ações, bônus de subscrição, direitos de subscrição ou opções em relação ao capital social do Banco Santander.

Vendas de ADRs do Banco Santander Espanha e Aumento do "Free Float"

Em 22 de março de 2012, o Santander Espanha informou ao Banco Santander que, em cumprimento ao que estabelece a Instrução CVM 358/2002, e conforme o compromisso firmado de atingir o "free float" de 25% do capital social do Banco Santander, reduziu a sua participação no capital social do Banco Santander em 5,76%, o que resultou no aumento do "free float" do Banco Santander para 24,12%, na ocasião. Esta redução de 5,76% (5,66% em ações ordinárias e 5,88% em ações preferenciais) foi resultado das seguintes operações: (i) transferência de 4,41% do capital social do Banco Santander efetuada em janeiro de 2012, (ii) venda de 0,58% do capital social do Banco Santander ocorrida até 22 de março de 2011, e (iii) transferência de 0,77% do capital social do Banco Santander ocorrida em 22 de março de 2012 para um terceiro, que entregará essa mesma participação aos investidores dos títulos permutáveis emitidos pelo Santander Espanha em outubro de 2010, quando do vencimento e conforme previsto nesses títulos.

Prorrogação do Prazo para Attingir o Percentual Mínimo de Ações em Circulação (Free Float) de 25%

Em 9 de outubro de 2012, o Banco Santander comunicou ao mercado, que a BM&FBovespa, detênu o pleito do Banco Santander e de seus acionistas controladores para prorrogação do prazo para enquadramento do percentual mínimo de ações em circulação (free float) de 25% para 7 de outubro de 2013, que poderá ser prorrogável por mais um ano, sob determinadas condições.

Conforme informado pelo acionista controlador, pretende-se attingir a diferença existente entre o atual percentual e o percentual mínimo de ações em circulação, por meio da realização de venda ou entrega de ações de sua emissão através de negociações privadas junto a determinados investidores qualificados no mercado brasileiro ou no mercado exterior (inclusive sob a forma de American Depositary Receipts - "ADRs") e/ou emissão de novas ações.

e) Transações com Partes Relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2012	31/12/2011	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Disponibilidades	81.342	228.821	-	-
Banco Santander Espanha ⁽³⁾	80.152	227.724	-	-
Banco Santander México ⁽³⁾	51	-	-	-
Banco Santander Totta, S.A. ⁽³⁾	1.139	1.097	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	38.262.832	36.202.547	3.902.525	2.813.443
Aymoré CFI ⁽⁴⁾	29.258.507	35.385.466	3.832.490	2.757.626
Banco Santander Espanha ⁽¹⁾⁽³⁾	7.939.110	-	9.871	5.046
CFI RCI Brasil ⁽⁴⁾	1.065.215	817.081	59.546	50.771
Diversos	-	-	618	-
Títulos e Valores Mobiliários	35.767.196	32.995.982	2.816.547	3.432.176
Santander Leasing ⁽⁴⁾	35.767.196	32.995.982	2.816.547	3.432.176
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	(755.678)	(402.010)	(470.024)	(454.070)
Santander Benelux, S.A., N.V. (Santander Benelux) ⁽⁴⁾	(399.110)	(308.821)	81.575	(38.238)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Crédito Privado (Fundo de Investimento Santillana) ⁽⁴⁾	(275.310)	(94.573)	(472.744)	(342.975)
Abbey National Treasury Services Plc (Abbey National Treasury) ⁽⁵⁾	(68.552)	(39.102)	(40.701)	(91.726)
Diversos	(12.706)	40.486	(38.154)	18.869
Dividendos e Bonificações a Receber	50.814	82.881	517.754	895.434
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁷⁾	-	-	-	89.590
Aymoré CFI ⁽⁴⁾	-	25.630	-	56.900
Santander Brasil Asset ⁽⁴⁾	-	-	10.640	7.960
Banco Bandepe ⁽⁴⁾	-	-	130.000	224.290
Santander Leasing ⁽⁴⁾	-	-	347.533	479.302
CFI RCI Brasil ⁽⁴⁾	21.407	5.443	13.962	6.403
Sancap ⁽⁴⁾	27.757	34.734	-	-
Diversos	1.650	17.074	15.619	30.989
Negociação e Intermediação de Valores	489.795	359.726	2.563	5.088
Santander Benelux ⁽⁵⁾	317.233	262.818	452	253
Abbey National Treasury ⁽⁵⁾	34.024	1.369	-	-
Banco Santander Espanha ⁽³⁾	138.538	95.539	2.111	4.835
Carteira de Câmbio - Líquida	(132.647)	(61.915)	78.299	(97.549)
Banco Santander Espanha ⁽³⁾	(132.647)	(61.915)	78.299	(97.549)
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	224.166	435.710	614.602	520.450
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁷⁾	134.046	299.422	50	129
Santander Capitalização ⁽⁴⁾	14.675	14.155	190.064	189.623
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ⁽⁷⁾	75.445	56.561	-	-
Aymoré CFI ⁽⁴⁾	-	-	271.829	210.163
Banco Santander Espanha ⁽³⁾	-	-	33	4.381
Santander Leasing ⁽⁴⁾	-	59.338	60.837	65.892
Diversos	-	6.234	91.789	50.262
Outros Créditos - Diversos	183.244	88.770	24.457	701.369
Brazil Foreign Diversified Payment Rights Finance Company (Brazil Foreign) ⁽⁴⁾	164.698	177.692	-	-
Banco Santander Espanha ⁽³⁾	17.032	5.402	17.509	18.632
ZS Insurance América, S.L.	-	-	-	661.122
Diversos	1.514	5.766	6.948	21.615
Depósitos	(32.629.080)	(49.693.706)	(4.025.757)	(4.348.868)
Santander Leasing ⁽⁴⁾	(28.326.282)	(35.775.475)	(2.835.439)	(3.262.494)
Banco Santander Espanha ⁽³⁾	(4.887)	-	(33.562)	-
Banco Madesant - Sociedade Unipessoal, S.A. (Banco Madesant) ⁽³⁾	(2.932.218)	(11.636.854)	(1.071.022)	(846.380)
Aymoré CFI ⁽⁴⁾	(721.166)	(2.063.340)	(62.272)	(208.966)
Banco Bandepe ⁽⁴⁾	(29.190)	(31.062)	-	-
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁷⁾	(239.067)	(116)	(5.005)	-
Fundo de Investimento Santillana ⁽⁴⁾	(376.270)	(186.859)	(18.457)	(26.015)
Diversos	(11.810)	(48.401)	(1.922)	(5.946)
Operações Compromissadas	(7.125.118)	(3.244.688)	(480.302)	(316.709)
Fundo de Investimento Santillana ⁽⁴⁾	-	(223.252)	(1.922)	(21.777)
Santander Brasil Advisory ⁽⁴⁾	(11.810)	(48.401)	(1.992)	(5.946)
Webmotors S.A. ⁽⁴⁾	(44.730)	(45.798)	(3.927)	(4.920)
Santander Brasil Consórcio ⁽⁴⁾	(97.676)	(169.135)	(14.474)	(15.972)
Isban Brasil S.A. ⁽⁵⁾	-	(110.240)	(3.411)	(6.369)
Produban Informática S.A. ⁽⁵⁾	-	(47.898)	(2.034)	(3.407)
Santander Fundo de Investimento Financeiro Renda Fixa ⁽⁴⁾	(6.342.285)	(1.158.102)	(332.170)	(120.483)
Santander Leasing ⁽⁴⁾	(133.309)	(1.000.136)	(68.163)	(109.369)
Bandepe ⁽⁴⁾	(185.653)	(85.811)	(5.413)	(8.114)
Santander CCVM ⁽⁴⁾	(293.404)	(144.798)	(13.112)	(13.112)
Santander Participações ⁽⁴⁾	(16.251)	(100.518)	(6.459)	(2.635)
Diversos	(161.698)	(1.367.964)	(6.727)	(173.015)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(161.698)	(1.367.964)	(6.727)	(173.015)
Banco Santander Espanha ⁽³⁾⁽⁵⁾	(156.063)	(1.200.207)	(6.727)	(172.984)
Diversos	(5.635)	(167.757)	-	(31)
Dividendos e Bonificações a Pagar	(766.086)	(911.619)	-	-
Sterrebeck B.V. ⁽³⁾	(529.278)	(520.615)	-	-
GES ⁽³⁾	(236.246)	(379.617)	-	-
Diversos	(62)	(11.387)	-	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(8.772)	(6.615)	(275.805)	(230.819)
Produban Serviços Informáticos Gerais, S.L. (Produban Serviços) ⁽⁷⁾	-	-	(4.631)	(103.991)
Isban Brasil S.A. ⁽⁵⁾	-	-	(90.907)	(54.101)
Produban Informática S.A. ⁽⁵⁾	-	-	(140.217)	-
Microcrédito ⁽⁵⁾	(3.006)	(3.088)	(33.195)	(28.004)
Banco Santander Espanha ⁽³⁾	(2.137)	(2.813)	(3.955)	(1.52)
Diversos	(3.629)	(714)	(6.855)	(44.571)
Despesas com Doações	-	-	(14.227)	(17.469)
Fundação Sudameris	-	-	(10.000)	(8.000)
Fundação Santander	-	-	(3.000)	(8.117)
Instituto Escola Brasil	-	-	(1.227)	(1.352)
Outras Obrigações - Diversas	(2.246.737)	(2.161.292)	(281.504)	(225.768)
Banco Santander Espanha ⁽³⁾	(1.321)	(1.054)	(55.690)	(36.906)
Brazil Foreign ⁽⁴⁾	(2.236.089)	(2.152.543)	(62.399)	(53.013)
Tecban - Tecnologia Bancária Brasil ⁽⁵⁾	-	-	(99.739)	(89.629)
Ingengeria de Software Bancário, S.L. (Ingengeria) ⁽⁵⁾	-	-	(37.280)	(12.959)
Diversos	(9.327)	(7.695)	(167.396)	(33.261)

⁽¹⁾ Em 28 de dezembro de 2012, refere-se a aplicações em moeda estrangeira (aplicações overnight) com vencimento em 2 de janeiro de 2013 e juros de 0,17% a.a. mantidas, pela Agência Grand Cayman do Banco, junto à filial do Banco Santander Espanha (Nova Iorque).

⁽²⁾ Em 28 de dezembro de 2012, refere-se a aplicações em moeda estrangeira (aplicações overnight) com vencimento em 2 de janeiro de 2013 e juros de 0,17% a.a. e 0,10% a.a. mantidas, pela Agência Grand Cayman do Banco e subsidiária Santander Brasil EFC, junto à filial do Banco Santander Espanha (Nova Iorque).

⁽³⁾ Controlador.

⁽⁴⁾ Controlada.

⁽⁵⁾ Controlada pelo Banco Santander Espanha.

⁽⁶⁾ Controlada em Conjunto - Banco Santander.

⁽⁷⁾ Controlada em Conjunto - Banco Santander Espanha.

25. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Administração de Recursos	1.057.605	1.083

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2011			
	Banesprev	Sanprev	Outros Planos	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(14.925.995)	(78.403)	(360.679)	(1.025.142)
Valor Justo dos Ativos do Plano	13.234.324	154.104	2.853	1.289.427
	(1.691.671)	75.701	(357.826)	264.285
Sendo:				
Superávit	295.155	75.701	-	264.285
Deficit	(1.986.826)	-	(357.826)	-
Perdas Atuariais não Reconhecidas	(1.305.475)	-	(152.770)	-
Ganhos Atuariais não Reconhecidos	124.782	19.411	-	113.115
Valor não Reconhecido como Ativo	170.373	44.159	-	150.167
Ativo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro	(681.351)	12.131	(205.056)	1.003
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro	(681.351)	-	(205.056)	-
Contribuições Efetuadas	99.096	-	39.596	-
Receita (Despesas) Reconhecidas	(127.240)	12.131	(54.739)	1.003
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	1.331.215	15.271	-	115.500

a.1) Plano de Contribuição Definida
Dentro dos planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar ligadas ao Santander, o Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de Contribuição Definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores apropriados pelo Banco em 2012, foram de R\$62.975 (2011 - R\$54.748).

b) Plano de Assistência Médica e Odontológica
Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000.

Aposentados pela SantanderPrevi: Para o plano de assistência médica "Aposentadoria SantanderPrevi", tem natureza vitalícia e trata-se de uma massa fechada. No desligamento o funcionário deveria ter completos 10 anos de vínculo empregatício junto ao Banco Real e 55 anos de idade. Neste caso era oferecido a continuidade do plano de assistência médica, onde o funcionário arca com 70% da mensalidade e o Banco subsidia 30%. Essa regra vigorou até dezembro de 2002 e após este período o funcionário que era desligado, como status de Aposentado Hollandaprev, arca com 100% da mensalidade do plano de saúde.

Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares): Trata-se de concessão do benefício assistência médica para ex-funcionário do Banco Real, com natureza vitalícia era concedido na mesma condição do funcionário ativo, ou seja, com as mesmas coberturas e desenho de plano.

São elegíveis somente aos planos Básico e primeiro padrão de apartamento, optando pelo plano apartamento ele assume a diferença entre os planos mais a dentro dos planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar ligadas ao Santander, o Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de Contribuição Definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores apropriados pelo Banco em 2012, foram de R\$62.975 (2011 - R\$54.748).

Aposentados pela Bandeprev: Plano de assistência médica concedido aos aposentados assistidos pela Bandeprev, trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram após 27/11/1998. Os que se aposentaram posterior a esta data, o subsídio é de 30%.

Diretores com Benefício Vitalício (Diretores Vitalícios): Fazem parte desse benefício somente um grupo fechado de ex-Diretores oriundos do Banco Sudameris, ou seja, não há inclusão, sendo 100% subsidiado pelo Banco.

Seguro de Vida para Aposentados do Banco Real (Seguros de Vida): Para os Aposentados Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio de 45,28% do valor. Esse benefício é concedido também aos Aposentados da Fundação Sudameris onde o custo é 100% do aposentado. Trata-se de massa fechada.

Clinica Grátis: plano de assistência médica "clínica grátis" é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermaria, onde o custo é 100% da Fundação Sudameris.

Plasas: plano de saúde com participação facultativa, instituído em 1 de julho de 1989, complementar ao plano de assistência médica, e somente para casos de internação hospitalar. Possui uma reserva constituída pelas contribuições dos próprios participantes e da Fassas, que se encontra suspenso desde agosto de 1999.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

	31/12/2012		31/12/2011	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(6.543.871)	(489.799)	(4.751.376)	(419.544)
Valor Justo dos Ativos do Plano	5.341.239	131.793	4.416.650	119.246
	(1.202.632)	(358.006)	(334.726)	(300.298)

Conciliação dos Ativos e Passivos
Valor Presente das Obrigações Atuariais
Valor Justo dos Ativos do Plano

Sendo:
Superávit
Deficit
Perdas Atuariais não Reconhecidas
Ganhos Atuariais não Reconhecidos
Valor não Reconhecido como Ativo

Ativo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro

Contribuições Efetuadas
Receita (Despesas) Reconhecidas

Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos
c) Gestão dos Ativos dos Planos

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano são as seguintes:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Instrumentos de Patrimônio	2,80%	2,77%	93,40%	93,38%
Instrumentos de Dívida	0,50%	0,50%	3,30%	3,36%
Bens Imóveis				
Outros				

d) Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial (1)
Taxa para Cálculo do Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte (1)
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários
Tábuas Biométrica de Mortalidade Geral

(1) Para 2012 taxa de desconto de 8,7% aposentadoria e 9,0% médico.

e) Remuneração com Base em Ações
O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos funcionários que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva.

e.1) Programa Local
À AGE do Banco Santander realizada em 3 de fevereiro de 2010 aprovou o Programa de Remuneração baseado em ações - Units do Banco Santander (Plano Local), composto por dois planos independentes: Plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP) e Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP).

No dia 25 de outubro de 2011, o Banco Santander realizou a AGE, na qual deliberou a outorga do Plano de Incentivo de Longo Prazo (SOP 2014) - Investimento em Certificados de Depósito de Ações ("Units") para determinados administradores e empregados de nível Gerencial da Companhia e de sociedades sob seu controle.

As principais características dos planos são:
Plano SOP: Plano de Opção de Compra com duração de 3 anos, onde serão emitidas novas ações do Banco Santander, promovendo um comprometimento dos diretores executivos com os resultados de longo prazo. O período para exercício começa em 30 de junho de 2012 e se estende por mais 2 anos depois do direito de exercício das opções. A quantidade equivalente a 1/3 das Units resultantes do exercício das opções não poderá ser alienada pelo participante durante o prazo de 1 ano a partir da data de exercício de cada Unit.

Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2014: É um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício começa em 30 de junho de 2014 até a data de 30 de junho de 2016. A quantidade de Units passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance da Companhia: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Capital Ajustado pelo Risco (RORAC), comparação entre realização e orgão em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, é necessário que o participante permaneça na Companhia durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer as Units correspondentes.

Plano PSP: Plano de Remuneração baseado em ações liquidado 50% em dinheiro e 50% em Units, com ciclos de 3 anos, promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. As Units não poderão ser alienadas durante o prazo de 1 ano, a partir da data de exercício.

Valor Justo e Parâmetros de Performance para Planos
Para a contabilização dos planos do Programa Local foram realizadas simulações por uma consultoria independente, baseadas na metodologia Monte Carlo, de forma que apresentamos os parâmetros de desempenho para o cálculo de ações a serem concedidas a seguir. Tais parâmetros são associados as suas respectivas probabilidades de ocorrência, que são atualizadas no fechamento de cada período.

Posição RTA	Plano SOP, PI12 - PSP		
	PI13 - PSP	PI14 - PSP (1)	SOP 2014 (2)
1*	50%	100%	
2*	35%	75%	
3*	25%	50%	
4*	0%	25%	

(1) Associado ao RTA, os 50% remanescentes das ações passíveis de exercício referem-se a realização do Lucro Líquido vs. Lucro Orgão.
(2) O percentual de ações determinado na posição do RTA está sujeito a um redutor de acordo com a execução do Retorno sobre o Capital Ajustado ao Risco (RORAC).

Para a mensuração do valor justo das opções dos planos foram utilizadas as seguintes premissas:

Método de Avaliação	PI14 - PSP		PI13 - PSP		PI12 - PSP	
	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial
Volatilidade	57,37%	57,37%	57,37%	57,37%	57,37%	57,37%
Probabilidade de Ocorrência	37,81%	38,58%	38,58%	43,11%	43,11%	43,11%
Taxa Livre de Risco	10,50%	10,50%	10,50%	11,18%	11,18%	11,18%

Método de Avaliação	Black&Scholes		SOP 2014		Plano SOP	
	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial
Volatilidade	40,00%	57,37%	40,00%	57,37%	40,00%	57,37%
Taxa de Dividendos	3,00%	5,43%	3,00%	5,43%	3,00%	5,43%
Período de "Vesting"	2 anos	2,72 anos	2 anos	2,72 anos	2 anos	2,72 anos
Momento "Médio" de Exercício	5 anos	3,72 anos	5 anos	3,72 anos	5 anos	3,72 anos
Taxa Livre de Risco	10,50%	11,18%	10,50%	11,18%	10,50%	11,18%
Probabilidade de Ocorrência	71,26%	43,11%	71,26%	43,11%	71,26%	43,11%
Valor Justo para Ações	R\$6,45	R\$7,19	R\$6,45	R\$7,19	R\$6,45	R\$7,19

O preço médio das ações SANB11 no final do exercício é de R\$14,93 (2011 - R\$14,96).
Em 2012, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$43.564 (2011 - R\$12.721), referentes ao plano SOP e R\$12.032 (2011 - R\$15.200), referentes ao plano PSP. Foi registrado também no período ganho com a oscilação do valor de mercado da ação do plano PSP no valor de R\$2.691 como despesas de pessoal. As despesas relacionadas aos planos SOP e PSP são reconhecidas em contrapartida no patrimônio líquido e em outras obrigações, respectivamente.

	31/12/2012		31/12/2011	
	Quantidade de Ações	Preço de Exercício	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários
Saldo dos Planos em 31/dez/2010	13.914.532			
Opções Canceladas (PI12 - PSP)	(106.718)	-	2010	Executivos
Opções Canceladas (PI12 - SOP)	40.478	23,50	2010	Executivos
Opções Concedidas (PI13 - PSP)	1.498.700	-	2011	Executivos
Opções Canceladas (PI13 - PSP)	(130.493)	-	2011	Executivos
Opções Concedidas (SOP 2014)	14.450.000	14,31	2011	Executivos
Saldo dos Planos em 31/dez/2011	29.666.500			
Opções Canceladas (PI12 - PSP)	(698.103)	-	2010	Executivos
Opções Exercidas (PI12 - PSP)	(486.852)	-	2010	Executivos
Opções Canceladas (PI12 - SOP)	(7.759.571)	23,50	2010	Executivos
Opções Canceladas (PI13 - PSP)	(72.209)	-	2011	Executivos
Opções Concedidas (PI14 - PSP)	1.910.000	-	2012	Executivos
Opções Canceladas (PI14 - PSP)	(106.226)	-	2012	Executivos
Opções Concedidas (SOP 2014)	(2.393.163)	14,31	2011	Executivos
Opções Concedidas (SOP 2014)	5.855.000	14,31	2011	Executivos
Saldo dos Planos em 31/dez/2012	25.915.376			
Plano SOP	4.903.767	23,50	2010	Executivos
PI12 - PSP	-	-	2010	Executivos
PI13 - PSP	1.295.998	-	2011	Executivos
PI14 - PSP	1.803.774	-	2012	Executivos
SOP 2014	17.911.837	14,31	2011	Executivos
Total	25.915.376			

e.2) Programa Global
Política de Incentivos a Longo Prazo
Na Reunião do Conselho de Administração do Santander Espanha, realizada em 26 de março de 2008, foi aprovada a política de incentivo a longo prazo direcionada aos executivos do Banco Santander Espanha e empresas do Grupo Santander (exceto o Banco Santander de Crédito, S.A. - Banesto). Essa política prevê remuneração vinculada às ações do Banco Santander Espanha de acordo com o que foi estabelecido na Assembleia Geral Anual de Acionistas.

Dentro os planos do Banco Santander Espanha, os executivos do Conglomerado Santander no Brasil, estão contemplados no Plano de Ações Vinculadas a Objetivos: plano plurianual pago em ações do Banco Santander Espanha. Os beneficiários do plano são Diretores Executivos e outros membros da alta administração, bem como qualquer outro grupo de executivos determinado pela Diretoria ou pelo Comitê Executivo.

Este plano envolve ciclos de três anos de entrega de ações aos beneficiários, de tal maneira que cada ciclo se inicie em um ano e, a partir de 2009, acabe no próximo. O objetivo é estabelecer uma sequência adequada entre o final do programa de incentivo, vinculado ao plano anterior I-06, e os sucessivos ciclos desse plano. Sendo assim, os primeiros dois ciclos começaram em julho de 2007, com o primeiro ciclo tendo duração de dois anos (PI09) e os demais ciclos tendo uma duração média de 3 anos (PI10/PI11/PI12/PI13 e PI14).

Para cada ciclo é estabelecido um número máximo de ações para cada beneficiário que continuou trabalhando no Grupo Santander Espanha durante o plano. Os objetivos cujo cumprimento determinam o número de ações distribuídas, são definidos pela comparação da performance do Grupo Santander Espanha em relação a um Grupo de Referência (instituições financeiras) e estão relacionados a dois parâmetros: RTA e o crescimento em Lucro/Benefício por Ação (LPA). Cada um desses parâmetros tem 50% de peso na determinação da porcentagem de ações a serem distribuídas. O número de ações a serem distribuídas é determinado em cada um dos ciclos pelo grau de alcance das metas no terceiro aniversário do começo de cada ciclo (com exceção do primeiro ciclo, para isso será considerado o segundo aniversário).

A partir do plano PI12 o objetivo que determina o número de ações está relacionado somente 1 parâmetro de performance, que tem 100% de peso na porcentagem de ações a serem distribuídas: o RTA do Grupo.

Valor Justo do Plano Global
É considerado que os beneficiários não declararão o Banco Santander durante o prazo de cada plano. O valor justo dos 50% vinculados à posição de RTA relativo ao Banco Santander foi calculado, na data de outorga, com base no laudo fornecido por avaliadores externos, elaborado a partir do modelo de avaliação Monte Carlo, realizando 10 mil simulações para determinar o RTA de cada empresa do Grupo de referência, considerando as variáveis a seguir. Os resultados (cada um representando a entrega de determinado número de ações) são classificados em ordem decrescente através do cálculo da média ponderada e descontando o valor à taxa de juros sem risco.

	31/12/2012		31/12/2011	
	PI10	PI11	PI12	PI13
Volatilidade Esperada (1)	15,67%	19,31%	42,36%	49,64%
Remuneração Anual dos Dividendos nos Últimos 5 Anos	3,24%	3,47%	4,88%	6,33%
Taxa de Juros sem Risco (Título do Tesouro de Cupom Zero)				
Durante o Prazo do Plano	4,50%	4,84%	2,04%	3,33%

(1) Calculado com base na volatilidade histórica para o respectivo prazo (dois ou três anos).

Devido à elevada correlação entre o RTA e o LPA, pode-se considerar (em uma grande parcela dos casos) extrapolar que o valor RTA é válido para o LPA. Por isso, o valor RTA é considerado o valor RTA relativo ao Banco, ou seja, os restantes 50% das opções outorgadas, é igual aos 50% correspondentes ao RTA. Essa avaliação é revisada e ajustada anualmente, uma vez que se refere a condições de mercado não usuais.

	31/12/2011		Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Fim do Período
	Quantidade de Ações	Preço de Exercício				
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2010	3.450.248					
Opções Exercidas (PI11)	(1.783.945)	-	2008	Executivos	21/06/2008	31/07/2011
Opções Canceladas (PI11)	(527.286)	-	2008	Executivos	21/06/2008	31/07/2011
Opções Concedidas (PI14)	531.684	-	2011	Executivos	01/07/2011	31/07/2014
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2011	1.670.701					
Opções Exercidas (PI12)	(137.299)	-	2009	Executivos	19/06/2009	31/07/2012
Opções Canceladas (PI12)	(403.907)	-	2009	Executivos	19/06/2009	31/07/2012
Opções Canceladas (PI14)	(59.373)	-	2011	Executivos	01/07/2011	31/07/2014
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2012	1.070.122					
Plano I12	-	-	2009	Executivos	19/06/2009	31/07/2012
Plano I13	597.811	-	2010	Executivos	01/07/2010	31/07/2013
Plano I14	472.311	-	2011	Executivos	01/07/2011	31/07/2014
Total	1.070.122					

Em 2012, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$5.110 (2011 - R\$9.705), referente aos custos nas respectivas datas dos ciclos acima mencionados, para o total dos planos do Programa Global. As despesas relacionadas aos planos são reconhecidas em contrapartida a outras obrigações, pois são planos liquidados em dinheiro.

Os Planos não causam diluição do capital social do Banco, uma vez que são pagos em ações do Banco Santander Espanha.

e.3) Bônus Referenciado em Ações
AGO de Acionistas do Banco Santander Espanha, de 11 de junho de 2010, aprovou a nova política de remuneração de executivos através do plano de pagamento de bônus referenciado em ações para as empresas do Grupo, incluindo o Santander no Brasil. Esta nova política, com os ajustes aplicáveis ao Santander no Brasil, foi aprovada pelo Comitê de Nomeação e Remuneração e pelo Conselho de Administração em 2 de fevereiro de 2011.

Os objetivos do plano são: (i) alinhar o programa de remuneração aos princípios do "Financial Stability Board" (FSB) acordados no G20; (ii) alinhar os interesses do Banco Santander e dos participantes (crescimento e lucratividade dos negócios do Banco Santander de forma sustentável e recorrente e reconhecimento da contribuição dos participantes); (iii) possibilitar a retenção dos participantes; e (iv) promover o bom desempenho do Banco Santander e dos interesses dos acionistas mediante um comprometimento de longo prazo.

O plano tem como objeto o pagamento de gratificação, em dinheiro, de parte da remuneração variável devida pelo Banco Santander aos participantes nos termos de sua política de remuneração, atrelado ao desempenho futuro das ações.

O pagamento de bônus referenciado em ações está dentro do limite da remuneração global dos administradores aprovada em AGO do Banco Santander. A quantidade total de ações referenciadas será liquidada em três parcelas e alocadas igualmente para os três exercícios sociais subsequentes ao ano base.

Em 21 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, o qual foi deliberado em AGE do dia 7 de fevereiro de 2012.

Nesta proposta são determinados requisitos para pagamento diferido no futuro de parcela da remuneração variável devida a seus Administradores e outros colaboradores, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano está dividido em 3 programas:
a) Coletivo Supervisionado - Participantes do Comitê Executivo e outros executivos que assumam riscos significativos no Banco e responsáveis das áreas de controle. O diferimento será metade em dinheiro, indexado a 100% do CDI e metade em ações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram registrados créditos no valor de R\$64.859

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Monitoramento e Controle de Risco

Além das funções exercidas pela Divisão de Auditoria Interna, a Vice-Presidência Executiva de Riscos tem uma área específica de monitoramento dos riscos para controle da qualidade do crédito, formada por equipes com recursos e responsabilidades específicos. A área baseia-se em um processo de observação permanente, que permite a detecção antecipada de incidentes que possam decorrer da evolução do risco, das operações, dos clientes e de seu ambiente, de forma que sejam tomadas ações preventivas. Essa área de monitoramento é especializada por segmento de clientes. Para isso, foi criado um sistema denominado "firmas sob vigilância especial" (FEVE), que diferencia quatro categorias baseadas no nível de preocupação gerado pelas circunstâncias observadas (extinguir, afiançar, reduzir e acompanhar). A inclusão de uma empresa no Sistema FEVE não significa que ocorreu uma inadimplência, mas que, nesse caso, é aconselhável um acompanhamento mais próximo, com o intuito de tomar medidas oportunas para correção e prevenção, alocando um responsável e definindo o prazo de implementação da ação. Os clientes classificados no FEVE são revisados semestralmente ou a cada trimestre, no caso de categorias mais graves. A classificação de uma empresa no FEVE decorre do próprio monitoramento, da revisão realizada pela auditoria interna, da decisão do gerente responsável pela empresa ou do acionamento do sistema de alerta automático. O rating atribuído é revisado pelo menos uma vez ao ano. Em relação a riscos de clientes com características similares, os indicadores-chave são monitorados com o objetivo de detectar variações no desempenho da carteira de crédito, em relação às previsões realizadas nos programas de gestão de crédito.

d) Controle de Risco
Sua função é obter uma visão global da carteira de crédito do banco ao longo das várias fases do ciclo de crédito, com um nível de detalhamento que permita a avaliação da situação atual do risco e de eventuais movimentações. A função de controle de risco é realizada através da avaliação de riscos a partir de várias perspectivas complementares, cujos principais pilares são o controle por localidade, área de negócios, modelo de gestão, produto e processo, facilitando, dessa forma, a detecção de áreas específicas requerendo medidas e para as quais decisões devem ser tomadas. As mudanças na exposição do banco ao risco de crédito são controladas de forma contínua e sistemática. Os impactos dessas mudanças em certas situações futuras, de natureza exógena, e os decorrentes de decisões estratégicas são avaliados com o intuito de estabelecer medidas que devolvam o perfil e o valor da carteira de crédito aos parâmetros estabelecidos pela Comissão Executiva.

e) Provisões
O Banco Santander constitui provisão de acordo com a legislação vigente do Bacen, de acordo com as Resoluções CMN 2.682/1999; 2.697/2000 e a Carta Circular Bacen 2.899/2000, que classifica as operações de crédito por rating e determina o percentual mínimo de provisão requerido (Nota 8.e).
f) Patrimônio de Referência
O Patrimônio de Referência é uma exigência do órgão regulador para fins da verificação do cumprimento dos limites operacionais das instituições financeiras de acordo com a Resolução CMN 3.444/2007. Esta resolução determina que a composição do Patrimônio de Referência seja feita através do patrimônio líquido, dívidas subordinadas, instrumentos híbridos de capital e outros que devem estar compatíveis com o PRE (Patrimônio de Referência Exigido), representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

g) Recuperação de Crédito
A área de Negócios de Recuperação é responsável por toda a carteira inadimplente do Banco Santander. A área tem como papel definir, executar e acompanhar as estratégias e performances relacionadas às cartelas de clientes inadimplentes, buscando garantir o máximo de eficiência na recuperação, executando este processo de forma justa e condizente com as determinações legais. A área utiliza ferramentas estatísticas para estudar o comportamento dos clientes e traçar estratégias mais assertivas de recuperação. Uma das ferramentas utilizadas é a pontuação comportamental utilizada para estudar o desempenho dos diversos grupos, visando à recuperação do negócio e a redução de custos. Os clientes com maior probabilidade de pagamento são classificados como baixo risco e os clientes com pouca probabilidade de pagamento são classificados como alto risco tendo a sua cobrança mais intensificada. Os canais de atuação são definidos conforme mapa de responsabilidade, que utilizam o tempo de inadimplência versus o valor vencido - além de outras características utilizadas para compor a criação de estratégias. Contatos diários via central de atendimento, inclusão nos órgãos de proteção ao crédito, envio de cartas de cobrança, além de contatos através da rede de agências são ferramentas utilizadas para a recuperação de crédito. Equipes internas especializadas em reestruturação e recuperação de créditos com atuação direta junto aos clientes inadimplentes com atraso superior a 60 dias com valores mais expressivos. Utilizam agências externas e advogados para cobrar clientes de alto risco. Essas agências recebem uma taxa de sucesso por quaisquer valores recuperados. Frequentemente executam vendas de carteira de créditos de dívidas incobráveis. Essas vendas de carteiras acontecem periodicamente por meio de processos de leilão a fim de melhores oportunidades no mercado.

h) Outras Informações
(i) O Banco Santander, a fim de gerir adequadamente o seu capital e antecipar futuras necessidades das várias fases do ciclo de negócio, efetua projeções de capital regulatório e econômico, baseadas nas projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, etc.) e em cenários macroeconômicos estimados pela área de pesquisa econômica.
(ii) Nas operações de venda ou transferência de ativos financeiros são analisadas as condições e características das operações para a adequada avaliação e classificação quanto à gestão dos riscos e retenção dos benefícios.
(iii) Um maior detalhamento da estrutura de gerenciamento de riscos de crédito, está descrito no relatório de acesso público, disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

35. Reestruturação Societária

Foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Conglomerado.
a) Segregação dos Investimentos em Participações Societárias de Natureza Temporária e das Participações em Sociedades que Prestam Serviços Complementares àqueles Prestados por Instituições Financeiras
Com o objetivo de segregarem os investimentos em participações societárias de natureza temporária (private equity) e as participações societárias em entidades que prestam serviços complementares aos serviços financeiros prestados pelo Conglomerado, foram efetuados os seguintes atos:
• Cisão parcial da Santander Participações, com versão do acervo cindido para a Santander Serviços ("Cisão Parcial"), aprovada pelos acionistas em AGE ocorrida em 31 de dezembro de 2012. O acervo cindido correspondeu aos investimentos na própria Santander Serviços e na Webmotors S.A. A cisão parcial deu-se por meio da transferência do acervo líquido contábil da Santander Participações para o capital social da Santander Serviços, com base no balanço auditado levantado em 30 de novembro de 2012. As variações patrimoniais verificadas entre a data base do referido balanço patrimonial e a da efetivação da cisão parcial foram reconhecidas e escrituradas diretamente na Santander Serviços;
• Aumento do capital social da Santander Serviços em 31 de dezembro de 2012 no valor de R\$371.000, com a emissão de 113.803.680.982 ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas pela sociedade localizada na Espanha Santusa Holding, S.L. ("Santusa"), sociedade de investimento controlada pelo Banco Santander Espanha. Após esta operação, o capital social da Santander Serviços passou a ser detido pelo Banco Santander e Santusa, na proporção de 60,65% e 39,35%, respectivamente;
• Aquisição pela Santander Serviços de ações de emissão da sociedade Tecnologia Bancária S.A. - Tecban (Tecban) detidas pela Santusa conforme Contrato de Compra e Venda celebrado entre as partes no dia 21 de janeiro de 2013. A aquisição, correspondente a 20,82% do capital social da Tecban, está condicionada à autorização do Bacen, nos termos da Resolução 4.062/2012.

b) Incorporação da Santander Consórcios pela Santander Brasil Consórcio
Em reuniões realizadas no dia 25 de julho de 2012, as diretorias da Santander Consórcios e da Santander Brasil Consórcio aprovaram e decidiram submeter à aprovação de seus respectivos sócios, a proposta de incorporação da Santander Consórcios ("Incorporada") pela Santander Brasil Consórcio ("Incorporadora") ("Incorporação") que foi aprovada em Reunião de Sócios da Incorporada e incorporadora em 31 de julho de 2012. A Incorporação deu-se por meio da transferência do acervo líquido contábil da incorporada para o patrimônio da incorporadora, com base no balanço auditado levantado em 30 de junho de 2012. As variações patrimoniais verificadas entre a data base do referido balanço patrimonial e a da efetivação da incorporação (data da realização da Alteração Contratual) foram reconhecidas e escrituradas diretamente na incorporadora. Em 30 de novembro de 2012 este processo de incorporação foi homologado pelo Bacen.

c) Venda da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (Nova denominação da Santander Seguros S.A.)
Com base na aprovação prévia emitida pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) no dia 23 de agosto de 2011, em 5 de outubro de 2011 foi realizado o fechamento da operação de venda (a "Operação"), pelo Banco Santander da totalidade das ações de emissão da Zurich Santander Brasil Seguros e

Previdência S.A. e indiretamente, da Zurich Santander Brasil Seguros S.A. (nova denominação social da Santander Brasil Seguros S.A.) para (i) Zurich Santander Holding (Spain), S.L. (Zurich Santander), sociedade holding com sede na Espanha detida 51% (cinquenta e um por cento) pela Zurich Financial Services Ltd. e suas afiliadas (Zurich) e 49% (quarenta e nove por cento) pelo Banco Santander Espanha, e (ii) Inversiones ZS America SPA, sociedade com sede no Chile e detida pela Zurich Santander (Inversiones ZS). Referido fechamento compreendeu a efetiva transferência, (i) pelo Banco Santander à Zurich Santander, de 11.251.174.948 ações ordinárias de emissão da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A., e à Inversiones ZS, de 3 ações ordinárias de emissão da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A., e o pagamento do preço de compra e venda preliminar ao Banco Santander, no montante total líquido de R\$2.741.102 (recebido em 5 de outubro de 2011). Os ativos da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. totalizavam R\$24.731.463, representados principalmente por R\$21.551.422 de instrumentos de dívida e patrimônio (títulos públicos, privados e cotas de fundos especialmente constituídos - garantidores de planos de benefícios - PGBL/VGBL). Os passivos da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. totalizavam R\$22.349.428, representados principalmente por R\$21.278.718 de passivos por contratos de seguros - provisão técnica para operações de seguro e previdência privada. O ganho reconhecido nesta operação foi de R\$648.783, registrado na rubrica resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas. Em 8 de junho de 2012, a Susep aprovou a transferência definitiva do controle direto da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A., para a Zurich Santander Holding (Espanha), S.L., sociedade holding com sede na Espanha, 100% detida pela Zurich Santander, e que atualmente é a proprietária das ações inicialmente transferidas à Zurich Santander.

O preço de compra e venda final será definido oportunamente, com base no balanço patrimonial especial preparado pela Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. em relação ao período encerrado em 30 de setembro de 2011, apresentado no primeiro semestre de 2012 e nos mecanismos de ajuste de preço expressamente previstos no respectivo Contrato de Compra e Venda datado de 14 de julho de 2011, e uma vez definido, o Banco Santander irá divulgá-lo ao público em geral e realizar a oferta do direito de preferência aos seus acionistas, nos termos do artigo 253 da Lei 6.404/1976. A Operação está inserida no contexto da parceria estratégica no exterior entre Santander Espanha e Zurich, envolvendo a aquisição, pela Zurich Santander, de todas as seguradoras de ramos elementares e de vida e previdência do Santander Espanha na Argentina, Brasil, Chile, México e Uruguai.

Como parte da Operação, o Banco Santander distribui exclusivamente os produtos de seguros, durante 25 anos, através de sua rede de agências, com exceção dos seguros de automóveis, não incluídos no escopo da Operação. Como resultado destes contratos, o Banco Santander recebe uma remuneração relativa, equivalente à praticada antes da operação. A Operação visa fomentar e fortalecer a atuação do Banco Santander no mercado de seguros, fornecendo uma maior oferta de produtos, abrangendo classes de clientes atualmente não exploradas e alcançando a capacidade de distribuição do Banco Santander, entre outros.
d) Cisão Parcial da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. com Versão da Parcela Cindida para Sancap
No contexto da operação de venda da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. na AGE realizada em 29 de abril de 2011, foi aprovada a Cisão Parcial da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. com versão da parcela cindida de seu patrimônio a uma nova sociedade, constituída no ato da Cisão Parcial, sob a denominação social de Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap). O acervo cindido para a Sancap corresponde ao valor total de R\$511.774 e refere-se única e exclusivamente à totalidade da participação detida pela Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. no capital social da Santander Capitalização. A operação de Cisão Parcial foi homologada pela Susep em 9 de agosto de 2011.

e) Outros Movimentos Societários
Também foram realizados os seguintes atos societários:
• Constituição da sociedade Alual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, nos termos da Ata de Assembleia Geral de Constituição realizada em 28 de setembro de 2012, que tem por objeto social exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimo, de financiamento e de arrendamento mercantil;
• Abertura de capital social da sociedade CFI RCI Brasil, na categoria "B", nos termos da Ata de AGE realizada em 30 de agosto de 2012, cujo registro foi obtido junto à CVM em 27 de novembro de 2012;
• Incorporação da totalidade das ações de emissão da RCI Brasil Leasing pela RCI Brasil Leasing em 31 de maio de 2012, de modo que a RCI Brasil Leasing passou a ser subsidiária integral da CFI RCI Brasil. Em 28 de agosto de 2012 este processo foi homologado pelo Bacen.
• Cisão Parcial da CRV DTMV com a versão do acervo cindido à Santander Participações em 31 de agosto de 2011, sendo que a parcela cindida referia-se única e exclusivamente à totalidade da participação detida pela CRV DTMV no capital social da Santander Securities (Brasil) Corretora de Valores Mobiliários S.A. (Santander Securities). Na mesma data, a Santander Securities foi incorporada pela Santander Participações. Em 23 de janeiro de 2012 este processo foi homologado pelo Bacen.

36. Evento Subsequente
Redução do Capital da empresa Santander Leasing
O capital social da Santander Leasing foi reduzido sem alteração do número de ações emitidas, no valor de R\$5.000.000, por ser considerado excessivo à manutenção de suas atividades, conforme artigo 173 da Lei 6.404/1976 e nos termos da AGE da companhia, realizada em 4 de janeiro de 2013. A referida redução de capital social apenas se tornará efetiva: (i) após homologação do Bacen; (ii) 60 dias após a publicação da ata da AGE que deliberou sobre a redução de capital social, sem que tenha havido oposição de credores; e (iii) após prévia aprovação da maioria dos debenturistas da Santander Leasing.

37. Outras Informações
a) As coobrigações e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$28.571.861 (31/12/2011 - R\$23.258.539).
b) O valor total de fundos de investimento e ativos sob gestão do Conglomerado Santander é de R\$113.854.284 (31/12/2011 - R\$113.021.778) e o total de fundos de investimento e ativos administrados é de R\$124.854.441 (31/12/2011 - R\$122.717.246) registrados em contas de compensação.
c) Os seguros contratados pelo Banco Santander vigentes em 31 de dezembro de 2012, na modalidade global de bancos, incêndios, veículos e outros, têm valor de cobertura de R\$1.300.039 (31/12/2011 - R\$1.232.937) e na modalidade global de bancos, foi contratado um seguro com valor de cobertura no valor de R\$224.752 (31/12/2011 - R\$157.650), podendo ser utilizado isoladamente ou em conjunto, desde que não ultrapasse o valor contratado.
d) Os saldos relativos às operações vinculadas eram:

Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
31/12/2012	31/12/2011	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
7.126	41.681	1.273	10.442
(7.126)	(41.681)	(1.327)	(10.442)
		(54)	-

Operações Ativas Vinculadas
Operações de Crédito
Obrigações por Operações Ativas Vinculadas
Depósitos (7.126) (41.681) (1.327) (10.442)
Resultado Líquido
Inexistem operações inadimplentes, bem como questionamentos judiciais sobre operações ativas vinculadas ou sobre os recursos captados para a aplicação dessas operações.

e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - Resolução CMN 3.263/2005 - o Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuem essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto a contraparte.
f) Outros Compromissos - o Banco Santander atua propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis em 31 de dezembro de 2012 é de R\$2.373.881, sendo R\$606.154 em até 1 ano, R\$1.511.332 entre 1 a 5 anos e R\$256.395 com mais de 5 anos. Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$2.262 correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesa no exercício foram no valor de R\$620.542 (2011 - R\$633.342).

Os contratos de aluguéis serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente o presente contrato, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE Celso Clemente Giacometti	VICE-PRESIDENTE Marcial Angel Portela Alvarez	CONSELHEIROS Conrado Engel José Antonio Alvarez Alvarez José de Paiva Ferreira José Manuel Tejon Borrajo	CONSELHEIROS INDEPENDENTES José Roberto Mendonça de Barros Marília Arimonte Rocca Viviane Senna Lalli
--	---	---	---

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR PRESIDENTE

Marcial Angel Portela Alvarez

DIRETOR VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO SÊNIOR

Conrado Engel

DIRETORES VICE-PRESIDENTE EXECUTIVOS

Carlos Alberto López Galán Ignacio Dominguez-Adame Bozzano	João Guilherme de Andrade So Consiglio Lilian Maria Ferezim Guimarães	Luis Felix Cardamone Neto Marco Antônio Martins de Araújo Filho	Oscar Rodriguez Herrero Pedro Carlos Araújo Coutinho	Pedro Paulo Longuini
---	--	--	---	----------------------

DIRETORES EXECUTIVOS

Jose Alberto Zamorano Hernandez	José Roberto Machado Filho	Luciane Ribeiro	Manoel Marcos Madureira*
---------------------------------	----------------------------	-----------------	--------------------------

*Posse Pendente de Aprovação do Bacen.

DIRETORES SEM DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA

Amancio Acúrcio Gouveia Ana Paula Nader Alfaya* Antonio Pardo de Santayana Montes Carlos Alberto Seiji Nomoto* Cassio Schmitt Cassius Schymura Clovis Hideaki Ikeda Edeilson Viani	Eduardo Müller Borges Fernando Díaz Roldán* Flávio Tavares Valadão Gilberto Duarte de Abreu Filho Gilson Finkelstein Jamill Habibe Hannouche Luiz Felipe Taunay Ferreira Mara Regina Lima Alves Garcia	Marcelo Audi Marcelo Zerbiniatti Marcio Aurelio de Nobrega Maria Eugénia Andrade Lopez Santos Mauro Siequeroli Miguel Angel Albero Ocerin Nilo Sérgio Silveira Carvalho Nilton Sergio Silveira Carvalho*	Ramón Sanchez Díez Reginaldo Antonio Ribeiro Roberto de Oliveira Campos Neto Ronald Yassuyuki Morimoto Sérgio Gonçalves Thomas Gregor Iig Wilson Luiz Matar
---	---	---	---

*Posse Pendente de Aprovação do Bacen.

CONTADOR

Fabio Ribeiro - CRC 1SP 174714/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas do Banco Santander (Brasil) S.A. São Paulo - SP

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Santander (Brasil) S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos
Demonstração do valor adicionado
Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 30 de janeiro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes CRC nº 2 SP 011609/O-8

Gilberto Bizerra de Souza Contador CRC nº 1 RJ 076328/O-2 "S" SP



RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander (Santander) foi instalado por deliberação do Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil) S.A., instituição líder do Conglomerado, e atua como único, por intermédio da instituição líder, para todas as instituições que compõem o Conglomerado, inclusive, a sociedade de capitalização.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no endereço www.ri.santander.com.br, o Comitê de Auditoria assessora o Conselho de Administração na avaliação da qualidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, e da efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. O Comitê de Auditoria recomenda a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgado necessário. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias, interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos operacionais.

O Comitê de Auditoria é composto de quatro membros independentes eleitos nas RCAs de 16 de março de 2012 e 26 de junho de 2012. Um dos membros é também membro do Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil).

O Comitê de Auditoria atua através de reuniões e conduz análises, leituras e outros procedimentos necessários. Reuniu-se, formalmente, em cinquenta e duas ocasiões durante o segundo semestre de 2012 e em janeiro de 2013, para a condução dos seus trabalhos. As atas das reuniões, com seus anexos, são enviadas para o Conselho de Administração.

O Comitê de Auditoria se reuniu com o Conselho de Administração em 25 de julho de 2012 e 30 de janeiro de 2013, bem como em função da Política para Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração, acompanhando a criação da Santander Brasil Estabelecimento Financeiro de Crédito (S.A.), subsidiária integral do Banco Santander (Brasil) S.A. com sede em Madrid-Espanha, realizada no primeiro semestre de 2012. Adicionalmente, o Coordenador participa como ouvinte do Comitê Executivo de Riscos Operacionais, do Comitê de Compliance e Controles Internos - Asset Management e do Comitê Executivo de Produtos. O Comitê de Auditoria também acompanha os resultados de inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autogerenciados e as respectivas providências. Durante o semestre manteve reuniões específicas com representantes do Banco Central do Brasil. Não tocou às atribuições do Comitê de Auditoria.

Demonstrações Financeiras
BraGap - O Comitê de Auditoria procedeu à análise das demonstrações financeiras das instituições e sociedade de capitalização que compõem o Conglomerado Econômico-Financeiro Santander, confirmando-lhes a qualidade. Nesse sentido, acompanhou o fechamento do exercício de 2012, previamente às divulgações, e reuniu-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e elaboração das demonstrações financeiras.

IFRS - No exercício de suas funções, o Comitê de Auditoria também analisou as demonstrações financeiras elaboradas conforme as normas internacionais (IFRS), para atendimento às regras aplicáveis às companhias registradas na Securities and Exchange Commission (SEC) e cotadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE). No período, o Santander também divulgou as demonstrações financeiras consolidadas elaboradas conforme o IFRS para atendimento ao disposto na Resolução CMN 3.786/2009. No período, o Comitê de Auditoria também efetuou treinamento específico sobre as alterações normativas das IFRS e impactos esperados para o Conglomerado.

Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais
O Comitê de Auditoria recebeu apresentações e manteve reuniões com a Diretoria Executiva de Riscos Operacionais, principal instância responsável pela gestão, implementação e disseminação da cultura e infra-estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos. O Comitê de Auditoria também acompanhou as denúncias de fraudes e erros, canalizadas na área de Riscos Operacionais. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com as Resoluções 2.554/1998 e 3.380/2006 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Circular 249/2004 da Superintendência de Seguros Privados (Susep), esta última em razão da Santander Capitalização S.A., relacionadas à gestão eficaz do sistema de controles internos, direcionados à prevenção e redução dos eventos de riscos e perdas operacionais.

Auditoria Interna
No que se refere aos trabalhos da Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, com seus representantes em cinco ocasiões durante o segundo semestre de 2012 e em janeiro de 2013, e, em diversas outras oportunidades, mediante a participação dos profissionais da Auditoria Interna nas demais reuniões do Comitê de Auditoria. Nas reuniões, o Comitê de Auditoria apreciou o planejamento e o programa de trabalho para 2012, e acompanhou os trabalhos executados, os relatórios emitidos, as conclusões e recomendações, dando destaque ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas consideradas como "insuficientes" ou que "necessitam melhorar".

Auditoria Independente
Os auditores independentes são responsáveis pelo planejamento, execução da auditoria e emissão do relatório de auditoria ou revisões limitadas trimestrais sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado. Como resultado dos seus trabalhos, a auditoria independente emite também o relatório sobre o sistema de controles internos e descumprimento de disposições legais e regulamentares na forma da Circular Bacen 3.467/09. Com relação aos trabalhos da empresa de auditoria independente, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte), o Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, em sete ocasiões no segundo semestre de 2012 e em janeiro de 2013. Nessas reuniões tiveram destaque, as discussões envolvendo as demonstrações financeiras do segundo semestre e exercício de 2012; práticas contábeis, deficiências, comentários e recomendações relatadas no relatório sobre controles internos. O Comitê de Auditoria analisou ainda as propostas apresentadas pela Deloitte, para a realização de outros serviços que não aqueles relacionados à auditoria das demonstrações financeiras, para verificação quanto à inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de independência.

Ouvidoria
Em decorrência da Resolução CMN 3.849/2010, que dispõe sobre as Ouvidorias para as instituições, os trabalhos executados no exercício de 2012, foram apresentados e discutidos pelo Comitê de Auditoria. O relatório a ser encaminhado ao Bacen será apreciado em reunião agendada para janeiro de 2013.

Outras Atividades
Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversos setores do Santander, aprofundando suas análises, ressaltando-se o seguinte: (i) com Riscos Operacionais sobre os processos de segurança nos canais de atendimento; (ii) para conhecimento do processo de atualização e aprimoramento da qualidade do cadastro; (iii) com a Diretoria do Jurídico Contencioso visando uma atualização da evolução e mensuração das contingências cíveis, trabalhistas e fiscais e adequado tratamento contábil, com destaque para os maiores litígios; (iv) com Compliance, sobre o Código de Conduta e controle das transações com partes relacionadas e aspectos de prevenção à lavagem de dinheiro; (v) com Finanças, com foco no processo de implantação dos requerimentos de Basileia, Relações com Investidores, processos de gestão de risco de liquidez, juros, câmbio e capital; e, (vi) com a Diretoria Executiva de Risco de Crédito e Solvência, visando a atualização dos processos de gestão de risco de crédito com foco nos critérios de avaliação, acompanhamento e provisionamento. O Comitê de Auditoria avaliou a contribuição e o desempenho individual de seus membros e sua eficácia.

Conclusão
Em decorrência dos trabalhos e avaliações realizados, levando em conta o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são eficazes e conferem transparência e qualidade às demonstrações financeiras do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander e, recomenda a sua aprovação pelo Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil) S.A.

Comitê de Auditoria São Paulo, 30 de janeiro de 2013

Celso Clemente Giacometti
Eclécio Palma Bifano
Renê Lutz Grande - Coordenador
Sérgio Darcy da Silva Alves - Especialista Financeiro